



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL – SECC
ASSESSORIA ESPECIAL INDÍGENA DO GOVERNO DO ESTADO DO ACRE



I Fórum Indígena de Mudanças Climáticas e Serviços Ambientais do Acre

Data: 4 a 7/07/2023

Local: Teatro da UFAC Rio Branco AC/Brasil

Sumário

APRESENTAÇÃO	3
ABERTURA	3
PAINÉIS TEMÁTICOS	6
Painel: O papel das florestas e as soluções sustentáveis baseadas na natureza	6
Painel: Programas de REDD + com inclusão de gênero, baseado na bioeconomia: cooperação entre povos indígenas, governo e comunidades tradicionais	10
Painel: Direito dos povos indígenas e acesso aos programas e projetos de REDD+	13
Painel: Financiamento de programas e projetos para floresta e clima	17
Painel: Programas, projeto jurisdicional de REDD+ e políticas de mercado de carbono para o estado do Acre	22
Painel: Sistema de Incentivo a Serviços Ambientais – SISA, governança e salvaguarda dos programas e projetos voltados aos territórios indígenas do Acre	25
GRUPOS DE TRABALHO PARA CONSTRUÇÃO DE PROPOSTA E DIÁLOGO COM SECRETARIAS DE ESTADO	28
PLENÁRIA	38
DOCUMENTO FINAL DO I FÓRUM INDÍGENA DO ACRE	38
Propostas do I Fórum Indígena para o Governo do Acre	39
ANEXOS	47
i. Programação	47
ii. A contribuição do REDD+ jurisdicional do Acre na mitigação do clima em territórios indígenas – Rose Sena	47
iii. Apresentação Fórum Indígena SEMULHER	47
iv. Apresentação Fórum SEASD	47
v. Apresentação IMC 1o Fórum Indígena – Leonardo	47
vi. Apresentação Isnailda - Gênero e Clima	47
vii. APRESENTAÇÃO Secretaria Executiva CEVA/SISA IMC – Nazaré Macedo	47
viii. Apresentação SEMAPI	47
ix. Apresentação Educação - Formação Intercultural Diferenciada Indígena	47
x. Fórum Indígena-Secretaria Agricultura	47

APRESENTAÇÃO

O I Fórum Indígena de Mudanças Climáticas e Serviços Ambientais do Acre, realizado de 4 a 7 de julho de 2023, em Rio Branco-Acre, contou com a presença maciça de representantes indígenas de todas as regionais do estado. Contou também com a participação de atores significativos neste campo temático, com representantes dos governos da Alemanha, do Reino Unido e da Noruega, que cooperaram com o estado do Acre no campo das mudanças climáticas e serviços ambientais, e com representantes de todas as secretarias de estado. O evento, cuja abertura contou com a presença do governador Gladson Cameli, foi organizado em dois grandes momentos: um primeiro bloco composto por painéis temáticos e um segundo bloco composto pelos Grupos de Trabalho formados pelos representantes indígenas em diálogo com as secretarias de estado do Acre. A partir desses debates, foi realizada uma sessão plenária de ajuste das propostas indígenas e elaborado o documento final, entregue ao governo.

Este relatório traz um resumo das apresentações e debates feitos nos diversos painéis acontecidos nos dois primeiros dias do Fórum, os resultados e propostas dos Grupos de Trabalho compostos pelos representantes indígenas em diálogo com as secretarias estaduais do governo do Acre e o documento final entregue ao Governo do Acre no último dia do Fórum.

Os seis painéis temáticos foram: i) Financiamento de programas e projetos para floresta e clima; ii) Sistema de incentivo a serviços ambientais – SISA, governança e salvaguardas dos programas e projetos voltados aos territórios indígenas do estado do acre; iii) Programas, projeto jurisdicional de REDD+ e políticas de mercado de carbono para o estado do acre; iv) O papel das florestas e as soluções sustentáveis baseadas na natureza; v) Programas de REDD+ com inclusão de gênero, baseado na bioeconomia; vi) Cooperação entre povos indígenas, governo e comunidades tradicionais; direitos dos povos indígenas e acesso aos programas e projetos de REDD+. Apresentações trazidas pelos palestrantes estão incorporadas ao relatório como anexos.

Os grupos de trabalho organizaram-se segundo os temas: Meio Ambiente, Povos Indígenas, Turismo, Empreendedorismo, Assistência Social, Direitos Humanos, Agricultura, Justiça, Segurança Pública, Educação, Saúde, Cultura, Esporte, Mulher, Plano Plurianual do Acre/ Plano 10, Programa REM/AC e Mudanças Climáticas. Para discutir esses temas, estiveram presentes representantes de cada Secretaria de estado: SEMAPI, SETE, SEASD, SEAGRI, SEJUSP, SEE, SEMULHER, Secretaria de Estado de Saúde – SESACRE, Distrito Sanitário Especial Indígena – DSEI Juruá e Purus, Fundação Nacional dos Povos Indígenas – FUNAI/Alto Juruá e Alto Purus, Secretaria de Estado de Planejamento – SEPLAN/PPA/Plano 10 anos; Programa REM/SISA/Instituto de Mudanças Climáticas – IMC.

Os representantes indígenas das diversas regionais organizaram-se em salas temáticas para debater com os representantes das diversas secretarias o que está sendo feito como política pública e quais são as demandas dos povos e comunidades indígenas. Cada grupo de trabalho contou com um/a moderador/a e um/a relator/a. O registro desses debates faz parte deste documento; as apresentações trazidas por secretarias de governo para apresentar suas ações compõem os anexos.

A programação do Fórum está em anexo. A facilitação foi feita por Mara Vanessa F. Dutra e os registros para relatoria por Ana Gualberto.

ABERTURA

Mesa de abertura composta por: Governador Gladson Cameli; Pedro Longo - Presidente em

Exercício da Assembleia Legislativa do Acre; Stephan Schwartzman – Fundo de Defesa Ambiental (Environmental Defense Fund – EDF); Jose Marcondes Rosa – AMAAIAC; Julia Messias-SEMAP; Colleen Lyons – Força Tarefa dos Governadores para o Clima e Florestas – GCF; Élcio Filho – FUNAI; Vera Olinda-CPI/Acre; Klaus Koehnlein – KfW; Franziska Troeger – Governo Alemão; Eunice Kerexu – MPI; Edel Nazaré – MMA; Svenia Burth – Embaixada do Reino Unido; Francisca Arara – Assessora Especial Indígena do Estado do Acre.

Por vídeo - Stephan Schwartzman – EDF: Reafirmou que a discussão para diminuição do desmatamento não surge pelo agro, mas vem da articulação da COIAB e do GTA desde a década de 1990. Falou da criação e da importância da Coalisão Leaf (<https://leafcoalition.org/>), uma parceria público-privada única focada em deter o desmatamento tropical até 2030, financiada principalmente pela Noruega e pelo Reino Unido. Sugeriu aproveitar o evento para debater a distribuição de benefícios, com o foco nos povos da floresta, indígenas e quilombolas, que são os protagonistas e não beneficiários. Beneficiários são todos. Falou da importância de regular o mercado de carbono, que precisa ser protagonizado pelos povos e movimentos sociais em parceria com o governo, mantendo a centralidade dos grupos protagonistas, que não devem estar à margem do debate e das decisões.

Francisca Arara: Falou sobre a importância de se apoiar a implementação do SISA, da nomeação de pessoas indígenas para cargos estratégicos e de se garantir a participação popular nos debates e decisões envolvendo questões de mudanças climáticas e serviços ambientais. Disse que este encontro é exemplo para todos os estados da Amazônia e servirá para ampliar a participação dos povos indígenas, respeitando as legislações específicas. Destacou que estima-se que 90% das Terras Indígenas guardam estoque de carbono, portanto não é possível que este debate aconteça sem a participação efetiva dos povos indígenas.

Jose Marcondes Rosa – AMAAIAC: Destacou a partilha de informações como grande oportunidade deste evento. Falou da necessidade de novos apoios para os povos indígenas continuarem cuidando das florestas. Afirmou que manter a floresta em pé é uma necessidade para toda a humanidade, mas este trabalho tem sido feito pelos povos originários.

Julia Messias - SEMAP: Falou da importância da consolidação de políticas públicas para povos indígenas por meio da escuta e ações pactuadas e de como isso gera eficiência no cumprimento das políticas públicas. Destacou como exemplo as ações conjuntas contra as enchentes/alagamentos, quando o programa REM apoiou com 6 milhões de reais o atendimento aos povos impactados com os eventos extremos.

Colleen Lyons - GCF: Ressaltou a importância deste Fórum como espaço de debate e diálogo, com diversidade de pessoas, funções, governanças. Entende que alguns diálogos são difíceis, mas necessários e urgentes, como o estabelecido neste Fórum. Falou da importância desses diálogos para se incidir na construção da regulamentação para uso de crédito de carbono. O diálogo de diferentes atores sociais permite a realização de conversas complexas, que são chave para avançar na construção de mudanças sociais. Como podemos ter representação no mercado de carbono? Como podemos juntar a agenda de produção com a conservação? Como podemos trazer energia, educação, saúde para as comunidades? Acredita que é possível construir, em um espaço como este do Fórum, e avançar nas

respostas a essas questões. Afirmou que este espaço é para debater direitos e poder. Convocou os presentes a se permitirem ser afetados durante essas conversas, para gerar mudanças.

Élcio Filho – FUNAI: Falou do momento atual do país, com a retomada e ocupação de espaços pelos indígenas, que já deveriam ter sido ocupados por ele antes. Ressaltou a importância da promoção de políticas para os indígenas, inclusive os que estão em contexto urbano, e da relevância do movimento indígena na reconstrução do país. Reafirmou a importância da convenção 169 da OIT para se garantir a participação dos povos originários nas decisões que os afetam.

Vera Olinda – CPI Acre: Falou necessidade de espaços de conversa franca, onde se possa falar e ouvir, porque existem muitas conversas que não avançam. O Acre tem experiências e ações que precisam ser potencializadas, mas é necessário ter partilha de recursos, participação e acompanhamento. Reafirmou a importância da parceria e da ação conjunta para garantir a preservação das florestas. Para isso, é necessário acelerar apoios para manutenção das florestas. Lembrou o dado significativo e preocupante de que no Acre o desmatamento foi ampliado, mas que o estado ainda mantém florestas de pé. Falou ainda que tratar do mercado de carbono é um grande desafio e que é preciso recuperar o protagonismo do Acre em ações de preservação e ação, atuando a partir de princípios básicos do indigenismo, que são o protagonismo, a autonomia e a participação real dos povos indígenas nas decisões que os afetam.

Klaus Koehnlein – KFW – Banco Alemão: Falou do Programa REM, que promove um reinvestimento de recursos, os quais são doados para ações nas comunidades. Neste programa, 12% dos recursos são destinados aos povos indígenas. O propósito é a melhoria da vida das pessoas e a preservação das florestas para o mundo. Embora o Acre tenha feito um bom trabalho, o aumento do desmatamento é preocupante. Afirmou a necessidade de frear o desmatamento e que para isso é necessário o envolvimento de todos os poderes e dos povos das florestas, e destacou, como um dado positivo, que o SISA tenha voltado a funcionar, com sua governança que é participativa.

Franziska Troeger – Representante do Governo Alemão: Lembrou que a parceria do governo alemão com o Brasil e com o Acre, voltada para preservação da Amazônia, é antiga, tem 30 anos. Essa parceria inclui muitas ações no Acre, inclui o Programa REM e o Fundo Amazônia, juntamente com a Noruega, cuja retomada, com o novo governo federal, é muito significativa. Falou que o mundo está animado com o posicionamento do governo federal com os povos indígenas, com o MPI e a ministra Sônia Guajajara. E também no Acre há novidades boas, com a Assessoria Especial de Assuntos Indígenas e com a SEMAPI, que também cuida de assuntos indígenas. Com essas notícias boas, a cooperação vai continuar e vai se multiplicar. O governo alemão tem o compromisso de continuar e duplicar os apoios nos próximos períodos. Porém, o número de áreas desmatadas está crescendo, o que vai na contramão dessa expectativa positiva de preservação da floresta. Entende que existem muitas ameaças e desafios para a preservação da floresta e reafirma que o governo alemão está comprometido com a ampliação dos apoios.

Eunice Kerexu – MPI: Afirmou a importância do momento histórico que é ter indígenas nos espaços de governo e que é possível fazer a reconstrução do país por meio da escuta efetiva e real, da junção

de culturas e formas de pensar e ler o mundo. “Os povos indígenas estão aqui para contribuir na cura que a terra está precisando. Nunca mais um Brasil sem nós”.

Edel Nazaré – MMA: Falou da importância do que chamou de “ciranda” para se encontrar, se conectar pelo bem comum para todas as pessoas, com propostas de ações para diminuir as desigualdades. Lembrou a Aliança dos Povos da Floresta. Falou do desafio de ter a Secretaria de Povos e Comunidades Tradicionais no MMA, luta que também é ancestral além de ser política e social. Ressaltou a importância da visibilidade dos povos tradicionais e comunidades indígenas e que é possível manter a floresta em pé com respeito aos povos tradicionais. Falou da aliança dos povos do mundo em torno dos temas socioambientais e da importância desta pauta na construção de políticas transversais.

Svenia Burth – Representante do Reino Unido, gerente do programa REM: Afirmou que o Reino Unido, por meio da embaixada britânica, reconhece que a existência dos povos da floresta é fundamental para garantir a vida do planeta e a preservação das florestas e disse que seu governo deseja manter diálogo aberto com as lideranças indígenas do Acre. Destacou a governança indígena nos projetos apoiados pelo programa REM no Acre. Afirmou que o Reino Unido pretende fazer mais para apoiar os povos indígenas e comunidades tradicionais no Acre.

Luiz Camolês – Vice-presidente do Tribunal de Justiça do Acre: Destacou que tudo começou no Acre e que, portanto, nada mais legítimo do que o primeiro Fórum sobre povos indígenas e mudanças climáticas seja no Acre. Ressaltou a importância do evento e dos temas.

Pedro Longo – Presidente em Exercício da Assembleia Legislativa do Acre: Destacou a presença do secretariado do estado no evento e a necessidade de integração de todas as secretarias para a defesa do meio ambiente. Falou da Comissão de Assuntos indígenas na Assembleia Legislativa do Acre e da necessidade de ampliação do diálogo.

Governador Gladson Cameli: Falou sobre a necessidade de ir até as aldeias para vivenciar a realidade dos povos indígenas. Lembrou que o mundo já está afirmando que a pauta do meio ambiente é uma convergência de interesses. Disse que o governo do Acre está combatendo as queimadas, as grilagens e tudo que é ilegal. Afirmou que para gerar emprego e renda não é necessário desmatar e ferir os direitos dos povos, que é preciso preservar e também dar formas de se manter, ter emprego. Disse que o governo do Acre pretende cumprir os acordos firmados com os parceiros internacionais e nacionais, o que inclui a redução do desmatamento. Ao final de sua fala, o governador anunciou a criação de uma Secretaria de Assuntos Indígenas e a nomeação de Francisca Arara como Secretária.

PAINÉIS TEMÁTICOS

Painel: O papel das florestas e as soluções sustentáveis baseadas na natureza

Mediação: Vera Olinda Sena de Paula

Registrou-se a presença dos estudantes do curso de agentes agroflorestais indígenas da CPI-Acre.

Eunice Kerexu - MPI:

- Sou do bioma Mata Atlântica, venho de Santa Catarina. Quando pensamos nesse tema, estando dentro do governo, a gente não consegue trazer a complexidade da forma que os povos indígenas pensam, os valores que temos em nossas florestas.
- Debate de créditos de carbono: vemos a Mata Atlântica quase destruída e olhamos para a Amazônia como algo para ser cuidado e mantido. Olhar para estes espaços com sua complexidade, que não cabe no orçamento.
- Uma árvore não pode ser vista apenas como algo sustentável, existe uma relação muito maior com o ser árvore. Além de pensar a questão a sustentabilidade é preciso entender o valor do ser. Como a gente vai contar isso em valor de crédito?
- Dentro destes planos políticos que trazemos nessas construções com a participação dos povos indígenas, é possível somar estes valores de ter e de ser também. É possível juntar, desde que nos juntemos e ouçamos os povos indígenas.
- Na Constituição Federal temos artigos que falam da demarcação dos territórios e também do usufruto exclusivo de cada território.

Joaquim Maná - FEPHAC:

- Quando os financiadores falaram que temos direito a 10 ou 12% dos recursos do REM não podemos saber se estes valores estão sendo investidos nas comunidades, precisamos saber para onde vai e quanto vai. Precisamos acompanhar a gestão.
- Temos que entender essas nomenclaturas que ainda são abstratas: sequestro de carbono, serviços ambientais, REM queremos entender o que é isso tudo.
- É importante a presença de indígenas em espaços chave de ação e controle de políticas públicas, isso nos ajuda a incidir melhor.
- Faz uma analogia com a caça: que os povos indígenas seriam os que caçam, mas ficam com as piores partes do que é caçado. Precisamos mudar isso, e para isso é necessário que o planejamento seja feito com os indígenas, precisamos ser considerados como parceiros. Não podemos nos calar e muita gente que vai para o governo, se cala. Queremos usar esta estrutura do Fórum para sermos ouvidos.
- É preciso seguir com a formação das novas gerações para garantir a continuidade dos guardiões das florestas.
- Temos deputados que votaram a favor do marco temporal indígena, precisamos nos posicionar quanto a isso. Esses deputados não estão nos representando.
- O problema maior é a falta de gestão: Governo – associações – comunidade; há compra de coisas que não são de necessidade das comunidades. É preciso continuar a incidir para tomar as decisões de forma conjunta.

Miguel Scarcello – SOS Amazônia:

- Precisamos buscar saídas para esta situação difícil que a humanidade entrou com as mudanças climáticas.
- Há um débito da sociedade com os povos indígenas. Alguns esforços têm sido feitos nos últimos anos, mas ainda é muito pouco.
- É preciso ampliar a participação dos povos indígenas na política - participação e presença, para direcionar onde as políticas têm que dirigir os recursos.

- Papel das florestas é muito importante, mas está sendo ameaçada, tratada insanamente, como um atraso econômico.
- Caminhos para tratar: um primeiro caminho é aplicação de inteligência nas coisas que devem ser feitas. Temos um histórico, por exemplo, de como a agricultura é estudada no Brasil, nas escolas superiores e pesquisas: baseada na produção agrícola e pecuária, com muita ciência. Apesar da muita ciência, gera-se muitos problemas. Por exemplo, o uso de agrotóxico.
- Os problemas que são atribuídos para justificativa no uso do agrotóxico têm sua cura/resolução por meio da natureza, como os bioinseticidas - saberes tradicionais para combater pragas, por exemplo.
- Não há escola superior de florestas aqui no Acre, nem uma Embrapa para florestas. Criou-se a Funtac, com foco em manejo floresta; madeireiro, mas com uma linha para os produtos não madeireiros. Havia uma pesquisa na Floresta Estadual do Antimari de manejo florestal de uso múltiplo – seria possível termos evoluído muito no campo da bioeconomia se essas pesquisas tivessem sido continuadas. Mas a ciência não veio para trabalhar pela floresta; veio para tirar a floresta do caminho. É preciso cuidar do conhecimento e da pesquisa em favor da floresta e da preservação, ter investimento para que a ciência trabalhe em favor da floresta.
- O outro caminho para fortalecer a participação dos povos indígenas nas questões que envolvem a preservação das florestas é fortalecer a governança em espaços como a CEVA e outros conselhos, com embasamento técnico e efetiva participação para discutir as pautas do governo. Isso evitaria que as políticas estivessem indo por onde estão indo hoje.
- É preciso acompanhamento dos investimentos e avaliação de sua aplicação.

Walmir Ribeiro – Conselheiro do Tribunal de Contas do Acre:

- O Projeto Tamazon, de preservação de tartarugas da Amazônia, que existe há 30 anos, é um exemplo de ação sustentável: um projeto próspero e que continua até hoje no cuidado das tartarugas de água doce da Amazônia.

Paulo Nukini:

- Falar de floresta é falar de vida, falar do povo que vive da floresta e na floresta.
- Recuperação de terras degradadas na região: é preciso que o governo do estado, juntamente com os parceiros, nos ajude na preservação e cuidado. Nós não temos condições de fiscalizar.
- Diziam que éramos explorados pelos seringueiros, hoje somos explorados é pelo governo. Precisamos pegar recurso direto dos financiadores e não por terceiros.
- Estivemos com a juíza federal para falar do impacto da obra da estrada: falamos sobre o impacto, isso tudo feito sem consulta aos povos indígenas e ribeirinhos, em descumprimento do que diz a Convenção 169 da OIT (da qual o Brasil é signatário).

Elines de Araujo – Coopfrutos:

- O trabalho com produtos não madeireiros gera renda com pouco impacto sobre o meio ambiente.
- No caso do buriti, 25% das sementes são deixadas, não coletam tudo para garantir a sustentabilidade. Gera-se renda com a extração de óleos e com a agricultura familiar.

- É fundamental o trabalho coletivo para o sucesso deste tipo de ação. A Coopfrutos aposta no trabalho das mulheres. A tecnologia pode ser utilizada como aliada.
- A cooperativa trabalha com recuperação de áreas degradadas com recursos do Fundo Amazônia.
- Aspectos de êxito da Coopfrutos: Governança, gestão de projetos, debate de valores, tempo e persistência, inclusão de mulheres, conhecimento tradicional, ciência e tecnologia.

Intervenções:

Joaquim Tashka:

Há impactos diferentes e modos de vida que impactam de forma diferente a floresta: Uma coisa é uma comunidade indígena e sua vida com a floresta. Outra coisa é a chegada dos fazendeiros nestas florestas, outro impacto. Como se relacionar com a floresta sem gerar impactos negativos?

Governos passam, mas os povos indígenas continuam. Os povos indígenas têm trabalhado para preservar a natureza, nossa casa, nosso mercado. Mas é preciso debater para podermos manter e continuar mantendo a floresta.

Não é necessário reinventar a roda, toda vez que muda o governo temos que falar tudo novamente.

É fundamental fortalecer o movimento indígena e garantir a sustentabilidade das florestas e dos povos.

Anchieta (Arara):

Nós já discutimos muito, se pegar a memória de encontros anteriores poderemos avançar muita coisa. As terras indígenas são pioneiras em soluções inovadoras. Temos 90% de floresta em pé. O crescimento da população leva a se pensar também no uso dos espaços territoriais.

Lei de sobrevivência - Lei da repressão: exploração da floresta, farinha e boi. É preciso ter alternativas de sustentabilidade para que se possa mudar de prática. Tem que chegar 80% do valor em investimento na ponta, para as comunidades indígenas, as reservas extrativistas, as associações e os grupos locais.

Mário Huni Kuin:

O princípio, ao se falar de ecologia, é pensar que inclui todos os seres.

Não conseguimos avançar porque as coisas não chegam na ponta. São mais de 20 anos falando de REDD, REDD+ e outras coisas. Precisamos fazer um plano para poder avançar, a curto, médio e longo prazo. Tem recursos de 2018 que ainda não foram entregues.

É preciso transformar a Secretaria Extraordinária de Assuntos Indígenas (recém-criada) em secretaria ordinária.

Não concordo com 12% (do recurso do REM) para os indígenas, tem que ser mais. O recurso não pode ser baseado na taxa de derrubada da floresta, tem que ser independente.

Assis Kaxinawá:

Minha Terra Indígena é uma das menores do Acre.

Temos que conviver e utilizar tanto a medicina tradicional como a medicina moderna.

Ação de reflorestamento é um trabalho complexo. É preciso o movimento da tecnologia avançada e de nossa ancestralidade. Usar os dois para melhorar a sustentabilidade.

Nego Kaxinawá:

Muitas associações sofrem processos de decadência, não conseguem acessar os programas e projetos que estão disponíveis para estas populações. É preciso melhorar, oferecer mais formação para as associações, para que estes grupos consigam acessar os recursos.

Serviços ambientais devem acontecer de verdade. Os órgãos de controle devem cumprir seus papéis e não repassar para os indígenas.

(Observando que as autoridades do estado não estavam presentes no auditório, comentou): estamos falando para nós mesmo? Cadê o povo que estava na mesa de abertura?

Não conseguimos ficar sem respirar. Todos precisamos do oxigênio. E quem é responsável por manter a floresta em pé somos nós povos indígenas, mas estamos sendo tratados como preguiçosos.

Tem já um período de 30 anos de destinação de recursos (da cooperação internacional). O que estes recursos geraram de concreto nos territórios indígenas?

Décio Huni Kuin:

Somos os guardiões das florestas.

Precisamos de conhecimentos para debater este tema tão complexo (serviços ambientais, mercado de carbono, programa REM).

É preciso destinar os recursos para serem geridos pelas associações e grupos indígenas.

Painel: Programas de REDD + com inclusão de gênero, baseado na bioeconomia: cooperação entre povos indígenas, governo e comunidades tradicionais

Mediação: Francisca Arara

Collen Lyons:

GCF: “O GCF é uma força tarefa subnacional estabelecida com base em um memorando de entendimentos, assinado em 2008, que fornece a base para a cooperação em inúmeros assuntos relacionados a política climática, financiamento, troca de tecnologia e pesquisa.

Um total de 38 estados e províncias do Brasil, Colômbia, Costa do Marfim, Equador, Espanha, Estados Unidos, Indonésia, México, Nigéria e Peru trabalham para construir programas jurisdicionais robustos que integrem políticas de REDD+ a outras ações que reduzam as emissões de gases causadores do efeito estufa.

O GCF baseia-se na noção de que governos subnacionais fornecem oportunidades únicas para a inovação e a liderança políticas, e que os esforços bem-sucedidos para proteger as florestas, reduzir as emissões e melhorar a vida das pessoas devem ser baseados em programas jurisdicionais, em vez de projetos e atividades individuais.

A abordagem jurisdicional fornece uma plataforma chave para o alinhamento entre políticas de diferentes setores e reúne múltiplas atividades públicas e privadas, a fim de se obter um trabalho amplo para o desenvolvimento rural com baixas emissões.

Além disso, o GCF apoia o esforço em rede para promover a governança em diferentes escalas. Isso inclui o próprio grupo, que encoraja o aprendizado e a colaboração crescente entre os membros; uma rede ampliada de instituições internacionais, governos, atores da sociedade civil e comunidades que cooperam em diversas atividades e iniciativas relacionadas ao desenvolvimento com baixa emissão de

carbono; e a rede de gestores e seus parceiros da sociedade civil que operam em seus próprios estados e província, e que fornecem a base necessária para que a abordagem jurisdicional seja bem sucedida.”

<https://www.gcftf.org/>

Destacou que neste Fórum a paridade de gênero esteve presente.

O que os temas do painel têm em comum? São transversais, complexos e urgentes.

Afirmou que a preservação ambiental tem a ver com a vida de todas as pessoas. As questões ambientais estão tão interligadas que estamos recebendo a fumaça do Canadá no Colorado.

O que temos em comum, como podemos aprender uns com os outros, e como faremos isso juntos?

Trouxe o exemplo da criação da Força Tarefa: O princípio que foi utilizado para esta criação foi o de colaboração entre governos, povos indígenas e comunidades tradicionais. Construir a base para este trabalho coletivo levou inicialmente alguns dias, trancados e trabalhando juntos. Durante vários anos debatemos para conseguir consolidar este formato de trabalho. Depois o desafio foi como implementar. Quanto à questão de gênero, foi ao contrário: não existia isso no GCF, mas em apenas 2 horas foi feita uma redação sobre as questões de gênero dentro da força tarefa; depois essa redação foi compartilhada por whatsapp e ratificada na última reunião.

Às vezes precisamos agir com rapidez. Em outros casos podemos construir com um prazo maior.

Questões a serem respondidas neste Fórum Indígena: Como podemos pensar a durabilidade de políticas públicas como o SISA?

Muitos financiadores falarão: o problema não é dinheiro, é a gestão. Gestão dos recursos e capacitação em práticas de gestão.

Como podemos usar o que já foi feito, o que já está mais pronto?

Como aprender dos exemplos de cada grupo? Do que já foi testado?

Parcerias – fundamental. Como pensar novas parcerias e o que é necessário para consolidá-las?

Julia Yawanawá:

Afirmou a necessidade de dar mais visibilidade às ações das mulheres indígenas. As mulheres estão no roçado, nos terreiros, nas cerimônias religiosas. Podemos destacar o que as mulheres têm feito em parcerias nacionais e internacionais., Mulheres são repassadoras de saberes, garantidoras de continuidade.

Apontou a necessidade de apoio do governo para o que está sendo feito.

Isnailda de Souza da Silva - TJ/AC (apresentação em anexo):

A abordagem de gênero na pauta dos povos indígenas diante das mudanças climáticas:

- Reconhecer o conhecimento e os papéis de gênero indígenas;
- Incluir as vozes das mulheres indígenas;
- Considerar as desigualdades de gênero nas políticas e programas de adaptação;
- Fortalecer a capacidade das mulheres indígenas.

Ao considerar a interseção entre gênero e povos indígenas, é importante levar em conta suas perspectivas culturais, suas relações com a terra e o meio ambiente e suas práticas tradicionais de subsistência.

Traz dados das COPs do clima com relação a gênero e participação das mulheres.

Mulheres e meninas são as mais afetadas nos desastres climáticos.

Soleane Manchineri - Ouvidoria do Estado do Acre:

Tanto nas sociedades ocidentais como nas indígenas: quando os homens vão abrir para as mulheres a participação nos diversos espaços? É preciso começar diálogos para se dizer o que está sentindo e onde dói.

Há uma invisibilização das mulheres nos espaços.

Importante perceber e reconhecer o legado de cada mulher indígena que está na construção de ações coletivas.

Impacto dos grandes empreendimentos nas vidas das pessoas indígenas e principalmente das mulheres.

Nazaré Macêdo - Secretaria Executiva da Governança do SISA/IMC (apresentação em anexo):

Lei 2.308, de 22 Outubro de 2010, cria o SISA: providencia uma estrutura legal que incentiva a economia de baixo carbono e base florestal no Estado do Acre, através do estabelecimento de princípios, objetivos, diretrizes estaduais, instituições designadas e arranjos e outros.

A legislação do SISA cria:

1. Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação de Serviços Ambientais - (IMC) - responsável pela integridade técnica e científica do sistema estadual.
2. Comissão Estadual de Validação e Monitoramento – CEVA - composta por representantes do Governo e da Sociedade Civil.
3. Companhia de Desenvolvimento e Serviços Ambientais – CDSA – Sociedade de economia mista - Parceria entre o setor público e o privado que incorpora a linguagem dos mercados e é responsável pela viabilidade econômica dos programas, subprogramas e projetos.
4. Comitê Científico, composto por reconhecidas personalidades.
5. Ouvidoria, para receber e endereçar queixas e/ou novas sugestões de melhoria do sistema.

Destaca a importância de ampliar a participação efetiva e qualificada das mulheres nos espaços de governança criados por meio da lei do SISA. Narra oficinas e espaços de formação realizados com as mulheres indígenas.

Intervenções:

Fala 1:

O único recurso público que está garantido pelo estado brasileiro é o da educação, o restante são recursos internacionais. É preciso traçar um novo caminho nas políticas do estado do Acre. Contem com o apoio das comunidades indígenas, estamos com vocês, Francisca e Nedina.

Precisamos nos apropriar dos conceitos e termos novos, os olhares do mundo estão aqui para comprar e vender carbono. Precisamos saber quanto de dinheiro tem do REM antigo e do novo, o que está previsto e o que o governo do estado tem feito e planejado.

A gente está muito calado, precisamos fazer um movimento em torno de nossos direitos.

Edna Yawanawa:

Somos invisibilizadas em vários espaços. O que me move a estar aqui é compreender o que são os REDD, REM, essas siglas todas. Não são coisas pequenas. Será que estamos fazendo bem para os povos indígenas? Muitos dos nossos não estão mais aqui para ver e colher, eu não quero ser invisível. Quando não nos ouvem nossos direitos estão sendo violados.

Impacto da pandemia na vida cotidiana nas aldeias. Quem pensou nas mulheres indígenas?

Nossa cultura é diferente, por isso ela é viva. A gente precisa fortalecer o que já existe, inclusive nos grupos que estão nas cidades.

É importante o fortalecimento dos movimentos das bases. Só somos grandes e importantes juntos.

O governo está ouvindo, está tudo anotado, eles precisam é respeitar.

Nós somos independentes de qualquer governo. Vamos continuar existindo, apoiado ou não pelos governos.

Falta de estrutura nas escolas indígenas. Falta de barco, de motor, de diárias para as visitas, apoio para desenvolver as ações locais. É disso que precisamos, que essas coisas funcionem.

Esmeralda Jaminawa:

O governador pode até não cumprir a fala dele, mas eu creio que ele vai cumprir.

Eu não sei ler e escrever, hoje as índias sabem ler e escrever, no meu tempo a escola era muito difícil.

Os índios vivem à custa deles mesmos, sem pedir nada a ninguém.

O ramal de Porto Valter a Cruzeiro do Sul está impactando a vida dos indígenas, precisamos de ajuda do governo. É uma estrada que corta território indígena.

Não temos luz. Usamos água de poço artesiano que demorou 25 anos para fazerem. O povo não tem motor nos barcos, para levar os doentes no hospital. Tem seis anos que as aldeias não têm escola, os professores dão aula embaixo de pé de árvore.

Nós vivemos este tempo todo sem vender carbono. Agora eles (os políticos) querem que a gente seja a favor deles para venda de carbono. Mas a gente tinha que ser contra eles também, porque eles votaram pelo marco temporal.

Painel: Direito dos povos indígenas e acesso aos programas e projetos de REDD+

Moderador: Leonardo Ferreira - IMC

Rodrigo das Neves – Procuradoria Geral do Estado do Acre:

Procurador do Estado do Acre, participou da criação do SISA, que faz a regulação dos serviços ambientais e estabelece o fluxo de procedimentos para tornar-se benefício para as populações tradicionais.

Fala sobre os órgãos e grupos que compõem o SISA e garantem a sua efetividade no estado do Acre. Explica que com a regulação dos recursos por meio do SISA é possível direcionar os investimentos para além dos lugares que foram desmatados. Com relação aos povos indígenas, as regras são construídas de acordo com as necessidades; isso pode acontecer também em outros estados da federação brasileira.

A questão do carbono: como se calcula? Quanto desmatava antigamente? Se estiver desmatando menos já gera um crédito. Nas áreas tradicionais, como há um desmatamento menor, esse cálculo é feito de acordo com o desmatamento geral, em outras áreas, no estado todo; aí migra-se esses créditos para os que não desmataram, os que preservam, para quem tem “estoque”.

Estoque e fluxo garantem a distribuição. É isso vai gerar a distribuição dos benefícios.

O SISA propõe olhar o território por inteiro e calcular esta distribuição com equidade.

Louize Cristina Lopes – Juíza do TJ do Acre:

<https://www.tjac.jus.br/adm/sepsa/projeto-cidadao/>

<https://www.tjac.jus.br/2022/09/indigenas-atendidos-pelo-projeto-cidadao-sao-os-primeiros-a-receberem-a-nova-identidade-no-brasil/>

Ações promovidas pelo Tribunal de Justiça do Acre em relação à cidadania dos povos indígenas Projeto cidadão, atendimentos básicos de direitos para cidadania; educação ambiental; garantia de poder incluir a etnia nos documentos dos indígenas.

Conscientização dos direitos dos povos indígenas: eventos educacionais, inclui combate à violência doméstica.

Projeto mulher cidadã, foco na mulher indígena e mulheres em vulnerabilidade.

Sabá Haji Manxineri:

Das 14 aldeias Manxineri, três estão presentes no Fórum.

Faz homenagem aos que partiram e aos que construíram o movimento indígena do Acre.

A realidade nas aldeias é bem diferente do que é dito por financiadores e governos. Onde estão estes atores para nos ouvirem?

No primeiro governo de Jorge Viana foram feitas várias consultas de etnozoneamento para recebermos os créditos de carbono, isso vem desde aquele período.

Onde está a equidade nisso, se a gente só recebe 10% ou 12% dos valores (do REM).

No Manxineri, só recebemos 450 mil reais e uns botes.

Não há programa de estado, há programa de governo que passa e não tem continuidade.

Nós merecemos receber por proteger a natureza, e por que a gente não pode receber? A gente só come marmiteix nos eventos e quem recebe são as ONGs, governos, organizações. Nossos problemas são diversos, alcoolismo, facção, falta da educação, de saúde. Não temos uma equipe em área para atender. Eu quero condição para atender meu povo em Assis Brasil, equipamentos, veículos, apoio na produção, equipar as aldeias e os agentes locais. Quero que meus filhos fiquem lá na aldeia, mas precisam ter dignidade e não viver escravizado.

Critérios para acessar os fundos: continuamos com critérios que impedem o acesso dos povos originários. Nós ajudamos a criar os fundos, mas não somos nós que aprovamos os critérios.

Parem de dividir a gente!!! Os bem-intencionados fazem isso!

Precisamos dar um giro na política, precisamos executar as ações e não apenas ouvir, com as especificidades de cada povo, cada grupo.

Sabá apresentou um documento (em anexo). Trecho:

Apesar da fé e esperança, estamos no limite, de sempre começar, de promessas e direitos que não se cumpre;

As políticas devem ser de direito iguais para todos, mas específico para cada povo;

Os parceiros, doadores e governos devem transferir recursos financeiros e técnicos diretamente aos povos indígenas, em suas aldeias e organizações;

Queremos objetividade, responsabilidade e compromisso:

Queremos parceiros para, também compartilhar os resultados bons.

Eldo Gomes Shanenawa - FUNAI:

Já nos sentamos demais para ouvir e na hora de nos ouvir o governo não está.

A Funai tem três coordenações no Acre, precisamos unificar a FUNAI, vamos fazer isso, vamos trabalhar juntos. O orçamento ainda é do governo anterior, portanto estamos fragilizados.

Não temos mais documentos para elaborar, já elaboramos tudo, muitas coisas estão feitas. Tem várias outras temáticas que precisam ser debatidas. As leis já estão aí, os documentos estão feitos, o que

precisamos é cumprir, executar cada plano de ação das Terras Indígenas. Vamos recuperar e executar os planos de gestão (PGTAs)

Se os direitos são iguais, por que a divisão de recursos (do REM) não é igual?

O papel da FUNAI é acompanhar, orientar e não representar indígenas, nós indígenas temos nossa representação.

Para ter um governo de verdade precisamos ter um indígena no executivo.

(Denúncia) Racismo dentro dos espaços de atendimento público.

Marcos Mesquita - FUNAI BSB:

Sobre projetos de carbono no mercado voluntário:

Recebemos uma avalanche de projetos de carbono no início do 2022, desde comunidades que pedem o aval para execução dos projetos até comunidades que denunciam que não foram consultadas por projetos construídos.

Análise jurídica da procuradoria: por ser área da União, precisa acompanhar para que os povos indígenas não sejam lesados nos projetos.

Verifica-se grande violação dos direitos nos projetos que têm chegado e que estão sendo analisados. Não há consultas, não há repartição dos benefícios.

Destinação do território para o carbono – é preciso analisar o crescimento demográfico da região, são projetos para durar em torno de 30 anos e que não estão alinhados com o projeto de vida da comunidade, não preveem benefícios coletivos. Não estão alinhados com os planos de vida e planos de gestão territorial.

Regulamentação: com a mudança de gestão da FUNAI, há a proposta de construção de projeto de lei que seja um substitutivo da lei atual, dialogando com o MMA, para garantir direitos mais fundamentais (consulta e legislações vigentes). A regulamentação deve ser feita posteriormente e pretendemos garantir a presença dos povos indígenas. PNGATI: câmara técnica de mudanças climáticas.

Nos 10 anos de projetos em terras indígenas, somente na Terra Indígena 7 de Setembro, do povo Suruí, em 2014 houve um projeto que garantiu de verdade benefício para os povos indígenas. Porém, este projeto não foi adiante por questões de divisão interna, que sabotou o projeto de dentro para fora, apesar do projeto ter uma estrutura forte de governança no papel. Porém, quando começou a execução, gerou-se a divisão interna que inviabilizou o projeto.

Intervenções:

Tashka Yawanawá:

Essas informações devem ir para as aldeias para garantir a participação e o entendimento das pessoas. O REDD não foi desenhado para os povos indígenas, foi desenhado para os fazendeiros e latifundiários, que já ganharam com o desmatamento e ganham novamente com reflorestamento.

Os recursos eram para pagar técnicos e não ficavam nas comunidades. O que falta para as comunidades são os recursos para executar os planos que existem. É preciso criar formas disso acontecer, já que temos milhões e milhões destinados para apoiar as Terras Indígenas.

Manoel Kaxinawá:

Passamos um temporal de morte no mundo.

Todos os projetos e programas são revistos, estes programas foram escritos há quase 40 anos.

Proposta 1: fazer um curso de formação para indígenas sobre REDD, REDD+, REM e todos os programas.

Proposta 2: pedir a prestação de contas do estado, TC-Acre e financiadores: para onde estão indo os recursos?

Zeinho Yube:

Há uma visão internacional de que o Acre está mais preparado para a venda de carbono no Brasil, isso tem ampliado a especulação imobiliária, inclusive de terras de povos originários.

O governo do estado precisa juntar as secretarias que atuam com povos indígenas para que os recursos cheguem nas aldeias.

Para Dr. Rodrigo: ouve-se que está em negociação, pelo governo do Acre, um grande contrato de venda de carbono com empresa dos EUA. Isso é real?

Resposta do Dr. Rodrigo:

Esses créditos de 100 milhões de toneladas de 2005-2013 não foram vendidos ainda, foram trazidos para dentro da empresa do estado, mas ainda não foram negociados. Hoje o que está em circulação são recursos da Alemanha e do Reino Unido. Se tiver recursos novos, o SISA tem meios de acompanhar a destinação dos mesmos.

Pagamento por serviços ambientais – aí entra o conhecimento tradicional, o uso e manejo da floresta preservando os recursos naturais, não é o carbono, é para além do carbono. São serviços prestados para a conservação da água, do ar, do clima. Mercado de carbono é outra coisa, tem critérios específicos vinculados à redução do desmatamento. É importante diferenciar, porque são conceitos complexos e a origem, a fonte dos recursos é diferente.

Anchieta (Arara):

É importante o acesso, a política de inclusão de nomes indígenas nas estruturas das políticas públicas. Fazendo referência à fala da juíza Louise Cristina: importante a afirmação da identidade, etnias, por meio da garantia dos nomes reais de cada povo, porém nem sempre os cartórios aceitam.

As leis de repressão (contra o desmatamento) não são cumpridas. Ou os indígenas acessam os benefícios ou vão começar a fazer como os brancos fazem.

Não há um projeto que está sendo tocado para combater a produção da mandioca ou do boi. É preciso ter coragem para romper essa produção com novos apoios.

Resposta da Dra. Louise: é possível pedir a retificação dos nomes na defensoria pública, pelo cartório de registro civil também. O que pedimos é uma declaração da FUNAI que reconheça aquela descendência como indígena, direito de autodeterminação.

Joaquim Maná:

Dificuldade de registrar as denúncias e dificuldade de ter retorno das demandas, por exemplo na Secretaria de Educação e na SEMAPIR. É preciso garantir no próximo Fórum a presença das pessoas responsáveis por cada Secretaria de estado.

Nego Kaxinawa:

Não conseguimos acessar esses serviços de justiça em Santa Rosa (em referência aos projetos apresentados pela juíza Dra. Louise Cristina).

Edna Shanenawa:

Os programas de atendimento às mulheres indígenas e não indígenas já existem, mas precisam se consolidar por meio de estruturas nos municípios, na maioria das vezes muito precários, então para consolidar as políticas precisamos consolidar esses equipamentos. A violência é vivida dentro das comunidades indígenas, mesmo quando ela não é de forma visível, mas existe em vários aspectos.

É preciso analisar onde estão realizando as ações do Projeto Cidadão para verificar porque não está chegando às comunidades indígenas. A divulgação das ações também deve ser ampliada, deve-se usar as instituições parceiras e ter uma boa logística.

Painel: Financiamento de programas e projetos para floresta e clima

Mediador: Jose Luiz Godin

Ericka Gouveia- Diretora do Setor de Florestas da Embaixada Britânica no Brasil: (por vídeo):

Papel do reino unido nesta causa: compromisso de arrecadar recursos para as causas indígenas e também de investir seus próprios recursos. Parceria com iniciativa privada para investimento local direto.

Provocação inicial do mediador: Qual o cenário atual do financiamento e da condução do REM?

Rosineide Sena, Coordenadora do Programa REM no Acre:

Estamos virando uma página em relação à nossa capacidade de dizer o que queremos, onde e para que queremos. Hoje estou na coordenação do programa REM, conduzo o primeiro projeto de REDD jurisdicional que ocorre no Acre. Inicialmente o programa não previa a participação dos indígenas e eles batalharam para estarem dentro do programa, desde a Fase 1. Inicialmente o programa não previa a participação dos povos indígenas porque compreendia-se que os territórios indígenas era onde não havia risco de desmatamento, pelo contrário, é onde está o maior volume de proteção do ecossistema, da floresta.

O apoio do programa REM se dá a partir do resultado de nosso, um esforço coletivo de todo o território do estado, em relação à redução do desmatamento e, conseqüentemente, à redução de emissões.

A repartição de benefícios no programa REM é feita de forma equitativa para todos os beneficiários: indígenas, extrativistas, manejadores florestais, assentados, pequenos, médios e grandes produtores.

Lei 2.308/2010:

- ▶ *Define os serviços ambientais no contexto do Acre e cria um programa para cada um, incluindo o Programa ISA Carbono (Programa jurisdicional de REDD+)*
- ▶ *Define os provedores de serviços ambientais e beneficiários*
- ▶ *Estabelece arranjo institucional*
 - ▶ *Regulação*
 - ▶ *Participação*
 - ▶ *Execução*

O estabelecimento do SISA e o Programa REM coincide com a criação da PNGATI, a Política Nacional de Gestão Ambiental das Terras Indígenas, o que demonstra sinergia entre o que o movimento indígena estava conquistando como lei em nível nacional e o que estava e está sendo realizado no estado do Acre. O programa REM é um instrumento financeiro para apoiar e desenvolver os serviços ambientais no estado.

Apresenta a linha do tempo do SISA (ver na apresentação em anexo) que demonstra a sinergia do que se fez no Acre com o que estava sendo discutido no Brasil e no mundo e o pioneirismo do Acre, onde a discussão começou antes que em outros países ou jurisdições. Em 2012 houve a primeira experiência de pagamento de serviço ambiental com o apoio do governo alemão e do governo do Reino Unido e em 2017 repetiu-se a experiência, em vista dos bons resultados.

O estabelecimento de princípios, critérios e indicadores, bem como a estrutura de funcionamento do SISA podem ser visualizados na apresentação em anexo.

Ao se pensar o mecanismo para repartição de benefícios, a preocupação em respeitar as culturas e o conhecimento tradicional dos povos levou à criação dos sistemas de gestão das salvaguardas e dos riscos.

O Programa REM é uma ferramenta, um instrumento. A Lei 2.308/2010 estabelece como deve funcionar todo o sistema. Além do Programa ISA Carbono, há outros seis programas. O arcabouço da governança, da qual os povos indígenas participam, inclui a CEVA, com duas câmaras temáticas: a da Mulher e a Indígena. No momento deste Fórum, a Câmara Temática Indígena estava reunida estabelecendo os passos para os próximos quatro anos do programa.

O Programa REM hoje está sediado na Secretaria de Planejamento.

A partir da experiência positiva ocorrida entre 2012 e 2017, os parceiros financiadores internacionais propuseram-se a apoiar o programa com mais aproximadamente 30 milhões de Euros, desde que o estado do Acre mantivesse a redução do desmatamento: a Fase 2 do REM, que começou a ser implementada em 2018.

O recurso não chega todo de uma vez. O contrato é baseado na manutenção do desmatamento sob controle (330 quilômetros quadrados), porém o Acre não conseguiu manter sua parte após 2018. Por isso, dos 30 milhões de Euros, só foi possível captar 19 milhões de Euros (31,4 milhões de reais).

Para decidir sobre o uso dos recursos, foram realizadas oitivas e reuniões. A decisão foi que 70% dos recursos deveriam ser investidos em territórios para redução do desmatamento e os restantes 30% aplicados para manutenção do SISA. Dos 70%, 12% vão para os territórios indígenas. Esses recursos não são “loteados”, mas distribuídos através de programas e critérios definidos: pagamento das bolsas de Agentes Agroflorestais Indígenas (apoiar hoje 145 AAFIs); apoio à formação dos AAFIs; apoio à implementação dos planos de gestão dos territórios indígenas (o Programa REM tem condição de apoiar até 40 PGTAs, mas no momento apoia somente 29); apoiar a Educação Escolar Indígena;

A execução do programa está em andamento. Este Fórum nos ajudará a enxergar as prioridades apontadas por vocês. É um momento importante, considerando também a criação da nova Secretaria de Assuntos Indígenas.

Moderador: Sabemos que os recursos não são suficientes, mas do que chegou na ponta, qual foi o impacto? E qual a perspectiva, levando em consideração as diversas instâncias do executivo?

Valdenice Nukini – professora e liderança indígena:

Muitos projetos têm um bom planejamento, mas não uma boa execução. Temos muitos intermediários, parece que estamos sendo tutelados. Está bonito, mas não está chegando nas terras indígenas. É preciso principalmente fortalecer as associações, porque elas têm personalidade jurídica e os povos indígenas têm condição de acessar e administrar os recursos. Porém, os editais são difíceis de serem acessados e precisamos dos intermediários para nos auxiliarem nesse acesso.

Faltam recursos na educação, inclusive para a pesquisa dos professores, que são pesquisadores.

Não cabe só a nós proteger a floresta. Indígenas têm sido multados pelo ICMBio e isso é um absurdo. E os fazendeiros não são multados.

Ampliação do aquecimento global é uma realidade, então este debate do cuidado das florestas é urgente demais.

Isaac Piyãko - DSEI:

Destaca a necessidade de replanejamento de tudo que está acontecendo em nosso estado, no Brasil e no mundo.

Pensando nos projetos que estão em implementação e devem ser implementados: não se pode considerar somente a população indígena para a execução dos projetos, mas o contexto, o entorno. Existem outras pessoas que são impactadas, todos que estão no entorno dos espaços de manutenção: os indígenas, assentamentos, outros grupos.

Nos grupos indígenas existe uma diferenciação de compreensão dos processos, tem grupos mais tradicionais, cada povo é diferente do outro. É preciso pensar em como chegar em cada grupo.

Agradece o investimento nos agentes agroflorestais.

Pontua que a questão da educação é complexa, não há uma valorização dos saberes tradicionais.

Insegurança alimentar nas populações indígenas no Juruá, não sabemos a situação das águas, há muito adoecimento. O fortalecimento das comunidades e dos grupos locais é um caminho.

Joaquim Tashka Yawanawa - ISCY:

Acompanha desde Kyoto a implantação do REDD e sempre causa constrangimento quando são anunciados milhões, mas que não chegam nas pontas. Nesses quatro anos não aconteceu nada. Mas vimos nas ruas de Rio Branco um anúncio do agronegócio com o apoio do REM.

Os povos indígenas nunca definiram com o governo a porcentagem que vai para eles (no Programa REM). É algum “iluminado” que define isso. E esses 12% ainda são divididos com as demais populações tradicionais. Ficamos brigando entre nós.

Não estamos inventando a roda, já temos nossos planos prontos. O recurso do REM deve ser para implementar os planos de vida que já estão prontos. Temos firmado parcerias com iniciativa privada para ações sustentáveis.

É preciso ter transparência para sabermos para onde os recursos vão e os processos dos editais.

Sabemos das dificuldades da criação e manutenção das políticas. Como vocês veem o estado das coisas de hoje com tudo que vocês ouviram e viram até agora, qual a perspectiva de futuro? É uma disputa no âmbito do capitalismo.

Louise (representando Erika Gouveia) - Embaixada Britânica:

No portfólio de projetos climáticos da Embaixada Britânica, os povos indígenas estão contemplados. A Embaixada entende que esses projetos não são suficientes, as formas como eles chegam nas comunidades, os gargalos dos editais, e querem pensar como podem resolver isso.

Querem ampliar apoios diretos aos povos indígenas. Compreendem que esse momento liderado pelo governo federal no Brasil é fundamental para ampliação das ações. Entendem que a formação de agentes agroflorestais, apoiada pelo Programa REM, deve ser ampliada para outros estados.

Franziska Troeger – Embaixada da Alemanha:

Destaca a importância de ouvir os indígenas. Afirma que muitas políticas foram apoiadas pela Alemanha, tais como o Fundo Amazônia e o SISA. Destaca que é muito complexo o tema das ações de preservação, não apenas no Brasil, mas em todo o mundo. Acredita que sempre é possível melhorar, então vão considerar as críticas para poder avançar na nova fase.

A Alemanha está apoiando a Funai para montar a estrutura regional em alguns territórios. Também estão trabalhando com o Ministérios dos Povos Indígenas buscando uma forma de apoio que seja de implementação direta dos povos indígenas. Querem apoiar alguns fundos indígenas que já foram criados e que podem receber mais fundos internacionais. Afirma a importância do protagonismo dos povos indígenas na gestão dos recursos a serem aplicados.

Kristian Bengtson - Embaixada da Noruega:

Explica que existem fontes diferentes de recursos para crédito de carbono.

Apresenta o Programa de Apoio aos Povos Indígenas da Embaixada da Noruega – apoio para organizações indigenistas e organizações indígenas, fortalecimento institucional e capacidades, advocacy e ações locais. O Programa surgiu no final da ditadura no Brasil e tem 40 anos de atuação. O programa é uma forma direta de acessar recursos e o foco da atuação é com as associações indígenas. Houve ampliação da linha de apoio para fundos com gestão indígena, como o Fundo Podaali (da Coiab) e o Fundo do Rio Negro.

Sobre como iniciou o apoio da Noruega aos povos indígenas: Na Noruega existe o povo indígena Sami, com 70 mil pessoas, e que um parlamento próprio. Os Sami passaram por todos os processos de violência. Este povo vive no norte da Noruega, onde houve um conflito com a implantação de uma hidrelétrica que impactou demais aquele povo. Foi esse episódio que originou a criação do eixo de financiamento para povos indígenas na cooperação norueguesa.

Afirma que existe a possibilidade de apoio da Embaixada da Noruega para a criação de um fundo indígena no Acre. Disponibiliza o diálogo direto com a Embaixada para busca de apoios e diálogo.

Klaus Koehnlein REM/KfW:

Apresenta o papel do representante do Banco KfW, que é cobrar resultados que estão na base do acordo feito para repasse dos recursos do Programa REM. O recurso vem de acordo com a redução do desmatamento. O KfW cobra do governo do Acre esses resultados e entende que quem ajuda o governo a obter resultados de redução do desmatamento são os povos indígenas.

Sobre a importância da governança do SISA: afirma que é importante que o SISA volte a ter uma governança fortalecida. Essa governança ficou debilitada nos últimos 4 anos, porém agora retoma a câmara temática indígena e a das mulheres, ações que são muito importantes. Destaca que é importante também ocupar e dinamizar as equipes do SISA. Klaus entende que o que se está fazendo no REM são ensaios, que às vezes dão certo, às vezes errado, mas é preciso incidir e insistir.

Sobre as salvaguardas: Afirma que o KfW exige o cumprimento das salvaguardas para liberar os recursos. Isso obriga e garante que os povos indígenas sejam ouvidos. Deixa claro que o KfW ainda não está satisfeito com o que tem sido feito até agora. Convida os representantes indígenas a falarem

pessoalmente com ele sobre as questões que envolvem as consultas e a participação indígena no REM. Explicita que sem o alcance dos resultados e o cumprimento das salvaguardas não haverá continuidade no financiamento. Afirma que para o processo de construir o REM fase 3 é fundamental avançar com resultados na fase atual. O KfW continuará sua função de monitoramento.

Carlos Aragon – GCF: Explicou que a Força-Tarefa é um espaço de governos estaduais para diálogo. Tem como uma das funções apoiar nos esforços de captação de recursos dos governos que são integrantes. Tem apoio dos governos dos EUA e da Noruega.

Apresenta de forma geral o tema dos financiamentos:

Para falarmos de financiamento indígena temos 3 pilares:

De onde vem o dinheiro que é investido nestes programas? Estes recursos são parte de vários tipos de financiamento; são muitos zeros, mas se dividem em variadas chaves de apoio. Há uma repartição destes recursos em diversos territórios do mundo e não para um território específico. É preciso haver interesse para haver o financiamento, portanto o território indígena específico deve interessar ao financiador para que ele chegue na ponta. Lei da oferta e procura.

Como chega, por meio de quem? É preciso entender a complexidade dos repasses.

Para quais finalidades vem o dinheiro? A Força-tarefa busca identificar as prioridades e ver como atender, mas nem sempre é possível.

Focando no primeiro ponto: Apresenta “tipos de dinheiro” – possibilidades de apoios:

- Filantropia
- Mercados de carbono - remuneração de produtos; programas orientados pelos governos, pelos grupos
- Economia indígena

Segundo Aragón, é preciso entender os detalhes de cada tipo de dinheiro que tem no mundo para não errar na análise de risco, saber o que efetivamente vai entrar no caixa, avaliar custos e responsabilidades. Por onde passa este dinheiro, quais as instâncias? Quanto custa para acessar este dinheiro? O que é preciso fazer para acessar este dinheiro?

Afirma que informação é a chave, juntamente com o monitoramento.

Por isso, é tão importante a participação nas negociações internacionais. Os mecanismos que existem hoje não são para quem não desmatou. É preciso ter os mecanismos para renumerar os serviços ambientais, mas hoje tais mecanismos não existem. Hoje o que existe beneficia quem já desmatou.

Conclui afirmando que é fundamental apoiar a participação das lideranças nos espaços de participação e negociação, no acompanhamento da tramitação dos projetos de lei que impactarão as terras e povos indígenas e a destinação dos recursos a serem aplicados direta e indiretamente, bem como na construção de novos mecanismos.

É fundamental acompanhar a discussão que surgiu na última conferência da biodiversidade, que são os créditos de biodiversidade; o que for acordado gerará benefícios diretos aos povos originários. Acompanhamento qualificado para poder repassar aos demais e ampliar os debates.

Francisca Arara:

Afirma que o Fórum demonstra o compromisso do estado e das pessoas que compõem a governança da Câmara Temática Indígena do SISA, que é composta por 19 organizações indígenas.

Existem na governança problemas de recursos para replicar as informações nas pontas e há também problemas quanto à participação efetiva das pessoas integrantes.,.

Destaca que é importante rever a repartição dos recursos do REM mas que também é preciso entender as normas, os pactos e consolidar os acordos firmados.

Destaca ser fundamental facilitar para que as informações cheguem nas aldeias de forma acessível e buscar formas de garantir a participação no espaço da governança.

Intervenções:

Maria Inês de Almeida:

Temos atuado na universidade muito no apoio das associações para construção dos projetos. Isso reforça a necessidade de dar mais atenção à educação dentro das comunidades indígenas. Há alguma possibilidade de direcionarem mais recursos do REM para a valorização dos mestres tradicionais, para o reforço das línguas indígenas?

Rosineide Sena: Sim, é possível contemplar no programa. Porém, é importante lembrar que o programa REM é um complemento para a efetivação de políticas públicas. Educação é uma obrigação compulsória do Estado. Precisamos incluir essas questões nos Planos Plurianuais e não esperar por apoios externos.

Painel: Programas, projeto jurisdicional de REDD+ e políticas de mercado de carbono para o estado do Acre

Moderador: Rodrigo Fernandes Neves

Monica de Los Rios - Earth Innovation Institute – EII:

“A estratégia Acre do Earth Innovation Institute está centrada no apoio à transição do estado para o desenvolvimento rural sustentável. Estamos ajudando a trazer empresas e investidores para os programas SISA do Acre. Ao mesmo tempo, prestamos assistência técnica à medida que o estado procura certificar seu programa e monitorar melhor o desmatamento e as emissões de carbono. Atuamos no Comitê Científico do Acre e apoiamos o desenvolvimento de um setor agrícola de baixo desmatamento em todo o estado, que inclui gado e produtos florestais, como nozes e borracha. O Acre faz parte da Força-Tarefa para Governos e Florestas (GCF), um grupo internacional de 38 estados e províncias que estão trabalhando juntos para promover estratégias jurisdicionais de REDD+”.
<https://earthinnovation.org/regions/brazil/acre#>

Monica inicia sua fala considerando quais são as outras oportunidades possíveis dentro do mercado de carbono. Parte da constatação de que é um desafio para o mundo todo conter as mudanças climáticas e a necessidade de mitigar as emissões de carbono. Os projetos privados de REDD oferecem pagamento para quem desmatou, visando o reflorestamento.

Para frear as mudanças climáticas é preciso envolver os governos, os países, a sociedade como um todo, é preciso também uma mudança ampla da forma de relação com a natureza. São mudanças profundas de comportamento que envolvem variados atores.

Assim se compreende que é preciso ampliar estes pagamentos por meio de financiamentos privados. Para regulação do mercado de carbono foi criado o selo de garantia dos créditos de carbono, por meio do INC Carbono, que emite certificação de títulos de crédito de carbono baseado no estoque ou na remoção de carbono com segurança jurídica¹. Para sua emissão é necessário o cumprimento das normas de salvaguarda.

Considerações do mediador: Programas jurisdicionais são aqueles elaborados por governos, estados ou países, com um compromisso voluntário de mitigação das mudanças climáticas, com mudança de práticas. Pode-se trazer benefício para outros agentes, como quem preserva a floresta. Isso está sendo olhado neste tipo de mercado. Afirmo que o estado do Acre está habilitado para participar neste mercado jurisdicional, com possibilidade de trazer outros atores de financiamento por meio dos programas de REDD dentro do mercado voluntário.

Kaline Rossi - Forest Trends:

As iniciativas programáticas da Forest Trends empregam três abordagens fundamentais que marcaram o trabalho da instituição desde a sua fundação:

- Fornecer informações transparentes sobre os valores dos ecossistemas, finanças e mercados através da aquisição, análise e disseminação de conhecimento;
- Convocar diversas coligações, parceiros e comunidades de prática para promover valores ambientais e promover o desenvolvimento de novos mercados e mecanismos de pagamento;
- Demonstrar ferramentas, padrões e modelos bem-sucedidos de financiamento inovador para a conservação. (<https://www.forest-trends.org/who-we-are/initiatives/>)

Afirmo que hoje existem oportunidades de captação de recursos por meio da preservação e manutenção das florestas. Não existe oportunidade melhor ou pior, o que existem são contextos, com diferentes oportunidades. Lembra o exemplo do projeto feito pelos Suruí, o Projeto de Carbono Florestal Suruí (PCFS), o primeiro projeto de REDD+ proposto em Terras Indígenas no mundo .²

O assunto dos Projetos de REDD+ é complexo e as comunidades precisam de mais informações para tomar qualquer decisão, precisam de muito debate. Destaca que existem várias denúncias de projetos fraudulentos, é preciso ter normativas que regulem de forma justa os contratos e projetos, é necessária uma discussão ampla com a sociedade.

Existe uma expectativa, entre os povos indígenas, de que os recursos cheguem de acordo com o grau de preservação. Mas a política de REDD atual difere disso.

Os projetos devem ser construídos com consentimento dos povos e esse consentimento precisa ser com base em informação; ter salvaguardas e clareza em relação à repartição de benefícios.

É preciso ir além do carbono. regular os outros serviços ambientais para garantir partilha de benefícios. Os projetos precisam partir para a criação de novos padrões, incluindo aspectos culturais e sociais locais para dar conta da diversidade. Conclui afirmando que o caminho é entender que o financiamento climático é uma realidade e que é preciso analisar cada contexto para construção de cada projeto.

Destaques do moderador: Questões chave: Informação e consentimento da comunidade para construção de qualquer projeto. Garantia da salvaguarda. Aceite da repartição dos recursos.

¹ <https://www.inccarbono.org.br/>

² <https://www.sedam.ro.gov.br/projeto-de-carbono-florestal-suruui/>

Lucas Manchineri – Membro da Câmara Temática Indígena - CTI:

Afirma que há os protocolos de consulta elaborados pelos próprios povos e que devem ser utilizados e respeitados para se garantir a participação. É preciso ter materiais informativos para levar para as comunidades que não conseguem chegar até as informações que estão na capital.

É importante a valorização dos conhecimentos tradicionais. Para garantir participação efetiva e boa governança é preciso garantir educação de qualidade nas aldeias.

Conclui afirmando que os recursos precisam ajudar as associações indígenas a promoverem formação para suas diretorias, com advogados e contadores, por exemplo.

Destaques do moderador: As informações precisam chegar na ponta em formato que seja compreensível. Precisa de mais participação – efetividade da governança. Reafirmar para todos os envolvidos: estado, financiadores e organizações que os direitos dos povos indígenas precisam ser respeitados. O diálogo precisa ser de forma igualitária e para isso é preciso nivelamento de informações.

Narubia Werreira – Secretária de Povos Originários e Tradicionais do Tocantins:

Destaca a importância da presença das lideranças indígenas nos espaços do executivo e ressalta que o momento é de mudança, esperada há muito tempo. Mas que a presença dos povos indígenas nos debates climáticos não é nova. É preciso recuperar e dar visibilidade ao que foi feito e pautado anteriormente. Também é preciso compreender que a informação tem uma outra forma de ser vivenciada nas comunidades indígenas, não basta uma reunião, o processo é mais amplo e precisa ser difundido.

Traz o exemplo do Tocantins, onde há projeto voluntário e projeto com o governo, projetos de REDD+³. É preciso entender a diferença de cada tratativa e garantir a salvaguarda para os guardiões da floresta. “O Brasil vem se constituindo no protagonismo ambiental no mundo, e somos esta potência, e quem fará essa mudança de comportamento na sociedade? Caberá a nós, população originária.” Não tem como falar de superação destes problemas sem ouvir estes povos.

Questiona: Será que não se pensa nos direitos dos demais seres vivos? É insustentável o que estamos fazendo com a natureza. É uma monocultura de vida. Precisamos urgentemente quebrar essas correntes e validar a importância da vida no planeta terra.

Recupera que há dez anos as lideranças indígenas falavam de crise hídrica e hoje isso é uma realidade em vários lugares. Hoje se precisa validar o que foi dito por nossos ancestrais. Se achava que era uma besteira, que não sabíamos o que estávamos falando...

“Eu sou filha do *Berorokân* (rio Araguaia). Meu povo acredita que somos todos filhos de lá e que todos podemos deixar de existir pelo que estamos fazendo com a terra.”

Conclui afirmando que é preciso buscar toda sabedoria para utilizar as parcerias e as oportunidades de ações conjuntas para construir o melhor para nosso povo, para o nosso planeta.

Sâmea Milena Terra - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD - Coalisão LEAF

Apresenta alguns desafios e lições que foram aprendidas desde 2013 no REM:

³ <https://www.to.gov.br/semarh/redd/4axfztcknoi3>

1. Para os recursos chegarem é preciso reduzir o desmatamento. Custa caro fiscalizar, mudar a prática, precisa vontade política para tal.
 2. Insuficiência dos recursos: É preciso vários mecanismos para solucionar os problemas dos povos tradicionais.
 3. Descontinuidade das políticas: Morosidade de captação dos recursos. Parece que sempre estamos recomeçando a política.
 4. Repartição justa, isso exige muito diálogo. Como é que eu decido algo que eu não entendo? Precisa-se de um processo de formação continuado, que é caro, mas fundamental para que o processo aconteça. Cada estado constrói um caminho. Resolução 15 do REDD: que prevê participação qualificada.
 5. Como fazer chegar no território: a chegada de forma direta nas associações empoderou as lideranças locais. Mas é muito mais moroso e trabalhoso. Necessidade de assistência técnica para conseguir executar os projetos que podem ser realizados por exemplo pelo estado, ou criando outras formas.
 6. Sem cumprimento de salvaguarda não há recursos. É possível fazer denúncias se os recursos de REDD não estão sendo usados para preservação.
- Propõe usar os dias do Fórum para analisar o problema e propor soluções.

Francisca Arara:

Sobre como chegar a informação nas aldeias, diz que não adianta só material escrito. “Leva-se o livro para aldeia e ele não é lido”. É preciso criar outras formas de comunicação que sejam dinâmicas e úteis, que possam fluir entre os indígenas.

Precisamos ampliar a participação na câmara temática e captar recursos para poder receber bem as pessoas. É necessário que as 34 terras indígenas se sintam representadas.

É necessário ampliar recursos para as formações; para as mulheres, para os jovens, para apoiar os festivais.

Intervenções:

Paulo Nukini:

Vão cair muitas árvores no chão próximo ao território Nukini por causa do assentamento que está ao lado da terra indígena. Eles deveriam estar em debate com a gente, o Assentamento e o Parque Nacional. Temos cem quadras de terras para trabalhar sem atingir a mata, mas precisamos de maquinário, de investimento do governo e dos projetos.

Painel: Sistema de Incentivo a Serviços Ambientais – SISA, governança e salvaguarda dos programas e projetos voltados aos territórios indígenas do Acre

Moderação: Milena Terra

Destaca que é uma honra facilitar o painel com muitos parceiros presentes que ajudaram na criação do SISA. Cita que já foi recuperado todo o histórico do SISA e dos processos de criação de ações pioneiras do Acre, inclusive internacionalmente. O estado do Acre tinha baixa taxa de desmatamento e criou a lei do SISA, com debate sobre sistema de salvaguarda e governança. Este conjunto de requisitos possibilitou o pioneirismo do Acre no tema das mudanças climáticas e serviços ambientais.

Leonardo Carvalho - IMC (apresentação em anexo):

A Lei do Sistema de Incentivos a Serviços Ambientais (Sisa) foi criada com a participação da sociedade acreana, por meio de debates em audiências públicas e reuniões dos conselhos de Meio Ambiente, de Florestas e de Desenvolvimento Rural Sustentável, na perspectiva de alcançar o promissor mercado de carbono e desenvolvimento dos demais ativos ambientais.

O objetivo do SISA é fomentar a manutenção e a ampliação da oferta de serviços e produtos ecossistêmicos, o qual concentra uma grande diversidade de produtos e serviços ambientais, como:

- O sequestro, conservação, manutenção e aumento do estoque e a diminuição do fluxo de carbono (ISA CARBONO);
- Conservação da beleza cênica natural;
- Conservação da sociobiodiversidade;
- Conservação das águas e dos serviços hídricos;
- Regulação do clima; valorização cultural e do conhecimento tradicional ecossistêmico e conservação e o melhoramento do solo.

Lembra que a implantação do programa ISA Carbono foi uma iniciativa pioneira do Acre, com a cooperação financeira do governo alemão através do KfW, no qual os recursos são destinados para projetos, conforme a repartição de benefícios. Explica os três subprogramas do ISA Carbono: territórios indígenas; territórios de produção familiar sustentável; e pecuária diversificada sustentável. Ressalta novamente a estrutura de governança do SISA, com seus mecanismos de participação, inclusive a aprovação de duas novas Câmaras Temáticas: da Agricultura Familiar e da Juventude.

Cabe ao IMC (Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação de Serviços Ambientais): Regulação de programas e projetos do Sisa; monitoramento das ações dos programas e projetos do Sisa; registro das iniciativas de incentivos a serviços ambientais, incluindo as iniciativas de REDD+; fortalecimento da governança do SISA (CEVA, CTI e CTM). Explica que o IMC está em processo de atualização, no momento. Ressalta a importância das salvaguardas, que são medidas tomadas em caráter de precaução para assegurar que programas e projetos REDD+ não causem efeitos negativos à conservação florestal da biodiversidade, não causem impactos indesejados as comunidades locais, povos indígenas e populações tradicionais – está em atualização.

É imprescindível fortalecer a governança do SISA, em especial a Câmara Temática Indígena (CTI), para garantir a tomada de decisões de forma participativa.

Assis Gomes - CTI:

Vivemos 5 tempos: o tempo da Maloca, o da Correria, o do Cativo, o do Governo, e agora o da Tecnologia. Temos que viver em harmonia com o mundo moderno e com a ancestralidade.

É importante garantir diversidade da representação das aldeias nos espaços de formação.

Queremos receber os relatórios deste fórum para incluir nos nossos projetos locais.

Precisamos de apoio para desenvolver projetos de qualidade nas terras indígenas.

Mario Kaxinawa - CTI:

Até hoje nós povos indígenas não entendemos o que é esse projeto (REM) de verdade. Devemos fazer formações regionais. Levar o pessoal para as Aldeias.

Já recebemos muitos benefícios, mas é preciso ter formação para poder cuidar das coisas que são recebidas, senão elas se perdem. Alguns tem recebido formação, mas que não têm desenvolvido ações dentro das comunidades. Precisamos nos manifestar e realizar.

Os planos e projetos precisam respeitar as especificidades de cada povo, de cada território. Projetos individuais não vão resolver as demandas das comunidades, é preciso projetos coletivos. E não projetos individuais de 8 mil reais. Fortalecer as organizações, as associações locais. Ninguém cumpre os pactos internacionais realizados desde a Eco 92, nem os acordos das COPs e demais encontros e acordos.

Nedina Yawanawa – SEMAPI – Secretaria de estado do Meio Ambiente e das Políticas Indígenas:

Destaca a participação das pessoas indígenas nos últimos dois anos no governo estadual, por meio da secretaria e da presença nos diálogos. Ressalta a importância desta representação.

Sobre a participação nos espaços de governança existentes: Muitas organizações têm dito que querem participar da CTI, pela possibilidade das reuniões on line, procedimento instaurado a partir da pandemia.

Afirma que neste Fórum são colocadas falas muito técnicas, mas que é preciso compreender na prática da vida indígena, nas aldeias. Impacto das mudanças climáticas: O cotidiano dos povos indígenas tem sido de alagamentos, rios secos, mudanças de clima. Explica que serviços ambientais são as formas como a vida é levada pelas comunidades indígenas em seus territórios, é uso com consciência dos recursos naturais.

Destaca que são cinco regionais representadas dentro da CTI/Câmara Temática Indígena e questiona: será que a ampliação do número de pessoas garantirá a efetiva participação? Entender como funcionam as instâncias é fundamental para podermos incidir.

O aliciamento de pessoas nas terras indígenas é muito forte e não vai parar por aí. Então precisamos manter o nosso diálogo para fortalecer as lideranças e informar todas as pessoas, para não ceder ao aliciamento.

Conclui afirmando: Estamos dizendo para o governo que nada pode acontecer sem nós.

Poran Potiguara - The Nature Conservancy- TNC Pará: (<https://www.tnc.org.br/o-que-fazemos/nossas-iniciativas/povos-indigenas/>)

Atua com comunidades tradicionais para estruturar o programa REM no Pará.

Afirma que na atuação da organização partem da afirmação do respeito aos direitos dos povos indígenas para a construção de qualquer programa, estabelecendo padrão de alto nível, respeitando as salvaguardas e garantindo a informação e formação nas comunidades.

Destaca que antes do REDD, houve um apoio organizacional para contratação de assessorias específicas para auxiliar na construção dos programas e projetos para as associações indígenas e quilombolas. A ideia é que com isso possamos garantir uma participação qualificada dos indígenas.

Um dos objetivos é garantir que seja reconhecido o papel e a importância das terras indígenas para a continuidade dos projetos de REDD, repartição de benefício equivalente, isso também é salvaguarda.

A proposta é construir formas para que os recursos cheguem de forma direta, com editais específicos, prêmios e arranjos institucionais específicos. Temos a participação de 3 representações de populações tradicionais na construção do programa. Então espera-se avançar no processo participativo.

No Mato Grosso foi criada a governança indígena do REM, propõe fazer algo semelhante no Pará, se houver entendimento.

Pontua que o monitoramento participativo no REDD, principalmente de salvaguarda é fundamental para a efetividade do programa e que precisa ser feito em todas as instancias envolvidas. Mas que é necessário um investimento para que aconteça.

Jânio Aquino – GIZ/Cooperação Técnica Alemã (<https://www.giz.de/en/worldwide/12541.html>)

Começou lembrando que em 1999/2000 trabalhou com Carlos Vicente nas cadeias produtivas da borracha e da castanha. Havia uma dinâmica de gestão frágil das cooperativas onde mapeamos e fizemos o diagnóstico. Depois disso propusemos o subsídio da borracha no Acre, que gerou a política de subsídio federal.

Destaca que a participação social é extremamente importante para o avanço e as críticas e ajustes nas políticas públicas.

Entende que o SISA é um tesouro que o Acre possui.

GIZ, a cooperação alemã, tem contribuído nos processos de formação. Informa duas ações em curso:

- Oficina de gestão dos empreendimentos indígenas oferecida pela GIZ (10 e 11/07) na EMATER. Início do processo.
- Programa de bioeconomia, parceria com o estado.

GRUPOS DE TRABALHO PARA CONSTRUÇÃO DE PROPOSTA E DIÁLOGO COM SECRETARIAS DE ESTADO

Segurança pública

- Invasão das áreas por facções, pessoas sem autorização, precisa ter controle para entrada nas áreas indígenas;
- Jovens aliciados por facções (risco social)
- Falta de segurança para circular nas aldeias
- Instrumentos canais de comunicação para acionar a polícia
- Realizar um fórum regional de orientação de órgão de segurança publica
- Maior aproximação com as lideranças para poder traçar as ações
- Aproximação da FUNAI e do INCRA
- Alcoolismo nas áreas indígenas
- Combate ao tráfico de drogas
- Realizar seminário sobre segurança pública nas aldeias com PF, PM, BF, ICMBIO, Funai e MP
- Reativar os postos de pouso que existiam nas aldeias e que necessitam de segurança para funcionar;

Produção/Agricultura

- Técnicos para auxiliar nas comunidades
- Melhorias nos ramais para escoar a produção
- Compra e distribuição de sementes nativas

- Incentivar e promover o trabalho com o cacau nativo (criação de viveiros de mudas, para venda para governo do estado) SAFs
- Formação de hortas comunitárias focada nas mulheres
- Valorização do trabalho dos AAFIs, ampliar o número de agentes
- Ampliação dos financiamentos
- Criar uma marca de café
- Criar comitê de produção indígenas de Assis Brasil e demais municípios
- Escoamento de produção - Veículos (carros e barcos) para garantir transporte e manutenção dos mesmos

Cultura:

Lei Paulo Gustavo: burocracia exigida pelo governo que não há como fugir.

Criação de prêmio indígena, montar equipe de avaliação é preciso pensar a forma e critérios. Diversas categorias.

Propostas:

- Ampliar a divulgação dos editais – melhor comunicação
- Simplificar os editais e não ser somente on line
- Aceitar propostas em vídeos ou outras formas de escrita
- Recursos devem chegar e ser usados na comunidade e com a finalidade aprovado (monitoramento)
- Reconhecimento e valorização da cultura indígena pelo estado do Acre, da mesma forma que ela é reconhecida fora do Acre
- Apoio aos espaços ancestrais/espirituais existentes nas aldeias
- Fortalecimento das associações com formação para gestores culturais para elaboração/gestão/prestação de contas
 -  Sistema de participação existente é o conselho estadual de cultura e existe uma cadeira para povos indígenas. Quem está ocupando?

Educação:

- Aplicação da legislação e portaria indígena de 2018 (ver número) que regula educação indígena
- Criar equipes de educação regionais
- Ampliação da formação dos educadores e equipes de educação
- Montar PPPs para os demais povos que não tem construído, e aplicar os que já existem
- Ter indígenas na gestão da educação
- Atualizar os salários dos educadores que assumiram funções de gestão local
- Garantir a infraestrutura das escolas: construção dos prédios, e reformas, garantia de merendas, barcos, materiais escolares (kits dos estudantes), internet
- Concurso publico para educadores e demais funcionários
 - Onde estão sendo investidos os recursos do Fundeb?

- Ampliar a atenção/recursos/dedicação da Secretaria de Educação a E.I.
 - Garantir o acesso dos indígenas a universidade: validade dos diplomas e qualidade na informação para entrar na universidade
 - Garantia de transporte escolar para educando e educadores
 - Garantir as pessoas de apoio nas escolas indígenas inclusive para o apoio as crianças especiais
 - Custeio das atividades culturais e intercâmbios realizados nas escolas indígenas
- Qual é a diferenciação do que tem sido oferecido para as escolas indígenas com as escolas rurais?

Assistência social

- Auxiliar no processo de retificação do nome do povo no registro civil
- Construir fluxo de atendimentos das redes socioassistenciais
- Realizar oficinas sobre atendimento à população indígena
- Incentivar os municípios a terem seu quadro de recursos humanos intérprete
- Realizar oficinas para lideranças indígenas acerca de serviços e programas do SUAS
- Realizar campanhas de enfrentamento às violações de direitos
- Ir as terras indígenas esclarecer sobre o programa Bolsa Família

Saúde

Santa Rosa do Purus, Manoel Urbano e Sena Madureira

Situação	Proposta
<ul style="list-style-type: none"> • Contratações (política) de profissionais não qualificados ou sem formação para a área na qual estão atuando; • Falta de dados específicos para a saúde indígena, está misturada nos dados gerais no município; • Comunicação feita de última hora para levar os pacientes; • Falta de medicação; • Transporte (falta de acessibilidade, barco, motor, combustível); • Falta de água (diarreia); • Distribuição de remédio vencido para pacientes. 	<ul style="list-style-type: none"> • Realizar auditoria em todos os contratos e processos para alimentação e outras compras em geral; • Realizar contratação de profissionais com base no trabalho técnico; • Melhorar o fluxo de comunicação para ter tempo hábil para levar os pacientes; • Casa de apoio nos municípios para receber os pacientes e orientar; • Agilização do TFD; • Mutirão de cirurgia para indígenas; • Atendimento itinerante dentro das terras indígenas; • Criação de pontos de referência indígena nas UPAs, maternidade, Pronto Socorro...; • Acesso ao sistema SUS (sistema indígena); • Sentar com os políticos para discutir sobre a saúde indígena;

	<ul style="list-style-type: none"> • Participação de lideranças indígenas para a tomada de decisão nos conselhos de saúde; • Ter uma base em Santa Rosa com aparelho de ultrassom e nas outras aldeias; • Equipar as UBSI (internet, equipamentos médicos); • Saneamento básico; • Apoio da SESACRE (resgate de pacientes); • Fortalecer a comunicação entre profissionais; • Fiscalização da vigilância sanitária (sobre remédios);
--	---

Tarauacá-Envira

Situação	Proposta
<ul style="list-style-type: none"> • Cadê os recursos da CASAI? • Dentista só faz extração; • Médicos que não priorizam o atendimento; • Necessidade de água potável; • Falta de médicos nas UBSI nas aldeias. 	<ul style="list-style-type: none"> • Profissionais nas aldeias (médicos especialistas); • Ambulância para territórios indígenas; • Comunicação entre os profissionais (Polo Base); • Construção de postos de saúde dentro das TIs; • Contratação de profissionais indígenas (e para trabalho com os indígenas) com salário digno; • Equipamentos de EPI para os postos de saúde; • Mais recurso para a saúde indígena; • Melhorar a relação (atendimento?) de alta complexidade; • Dedetização nas aldeias; • Bolsa para que jovens indígenas possam estudar [na área de saúde]; • Hospital de referência indígena; • Maternidade; • Equipe itinerante para indígenas; • Comprar medicamentos; • [Ter] CASAI em Feijó; • Ter casa de apoio em outros municípios; • UBSIs em pontos estratégicos; • Contratar profissionais; • Transporte; • Uma estrutura em Feijó e Tarauacá; • Fortalecer os agentes de saúde indígena;

	<ul style="list-style-type: none"> • Melhoria de ramais; • Médicos e dentistas votados para as necessidades indígenas [nos postos de saúde e hospitais na cidade]; • Contratação de assistente social para o Polo; • Alimentação [adequada para os pacientes]; • Estado reconhecer os agentes de saúde indígena com crachá [para que sejam respeitados nos postos e hospitais nas cidades]; • Estado colocar um posto de saúde em cada aldeia; • Equipamentos como barco e motor; • Exame de próstata; • Trabalhar em parceria (DSEI, estado e município).
--	---

Região Juruá (Porto Walter, Rodrigues Alves, Marechal Thaumaturgo, Mâncio Lima e Cruzeiro do Sul)

Situação	Proposta
<p>Rodrigues Alves</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sem recurso para atendimentos aos indígenas; <p>Feijó</p> <ul style="list-style-type: none"> • Atendimento na cidade (Balsa) negado aos indígenas. 	<p>Juruá</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sensibilização e conscientização dos profissionais de saúde [para o atendimento adequado aos indígenas]; • Agilidade no atendimento aos indígenas; <p>Mâncio Lima</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fórum para discutir a saúde indígena; • Comunicação; • Agilidade no agendamento [para o atendimento e retorno dos pacientes indígenas]; • Construir casa de apoio; • Saneamento; • Capacitação para os agentes de saúde; • Polos Base com internet; • Agilidade na realização de exames [Estrutura e equipamentos para realizar]; • Equipamentos para os agentes de saúde (barco, motor e etc); • Conhecer [para profissionais com atendimento na cidade] os códigos e direitos indígenas à saúde; • Estruturar o hospital do Juruá; <p>Rodrigues Alves</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ter um posto de saúde; <p>Marechal Thaumaturgo</p>

	<ul style="list-style-type: none"> • Construir Posto de Saúde.
--	---

Assis Brasil – Manxineru e Jaminawa

Situação	Proposta
<ul style="list-style-type: none"> • Ramais ruim; • Falta de água de qualidade; • Pacientes sem concluir os tratamentos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Ter uma casa de apoio em Brasília para receber os parentes; • Estradas; • Capacitação [a profissionais da saúde] para receber os indígenas; • Valorização das parteiras; • Valorização da medicina tradicional; • Equipe permanente nas aldeias; • Criação de Posto na aldeia Extrema; • Barco para retirada de paciente da aldeia; • Transporte para agentes e saúde, pacientes e acompanhantes; • Comunicação; • Água potável nas aldeias [escavar poços]; • Ter combustível disponível para o transporte de pacientes; • Transporte terrestre, fluvial e aéreo para a saúde indígena; • Consultas nas aldeias; • Odontologia; • PDSI; • Prótese dentária para indígenas [sendo realizada na aldeia]; • Aquisição de odontocase (unidade de atendimento móvel)

Agenda Acre 10 anos (SEPLAN) PPA – Planejamento Plurianual 2024 – 2027

TARAUACÁ-ENVIRA	
Agenda Acre 10 anos (SEPLAN)	<ul style="list-style-type: none"> - Apoio às cadeias produtivas existentes; - Fazer o Plano baseado na realidade de cada TI; - Respeitar os Planos de Gestão já realizados nas Terras Indígenas; - Não concorda com o termo “índio em contexto urbano; - Melhorar infraestrutura de ramais e transporte.
PPA Planejamento	– - Fortalecimento das organizações e que estas recebam os recursos diretamente;

<p>Plurianual 2024 – 2027 (SEPLAN)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - PPA específico para os indígenas; - Fórum de cultura indígena do Acre; - Reconhecimento de pajés e parteiras, com capacitações e remuneração pelo trabalho; - Maior participação indígena na elaboração do PPA; - Incentivar a cultura de acordo com cada realidade; - Enfrentamento contra o tráfico de drogas, e contra o uso de drogas e bebida alcoólica nas TIs; - Complementação do estudo na saúde indígena; - Cursos na área ambiental, tratamento de lixo nas aldeias, reciclagem do lixo; - Construir e melhorar as estruturas físicas das escolas nas TIs, melhora na formação do professor e oferta de educação de qualidade; - Melhorar as UBSI – Unidade Básica de Saúde Indígena; - Oferta de formação continuada diferenciada e adequada aos povos indígenas; - Formação técnica aos povos indígenas (Ex. SENAI, SESI, etc); - Acesso à moradia digna; - Editais para os concursos públicos com linguagem acessível aos indígenas; - Concurso público voltado para indígenas; - Melhorar a comunicação do estado com as TIs (que os técnicos saibam conversar com os indígenas e saibam sobre o local e o contexto); - Valorizar a cultura indígena; - Cartilhas educativas e informativas na língua indígena; - Saneamento nas TIs, para ter acesso à água potável e sem poluição.
<p>Turismo e Empreendedorismo (SETE)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Regras para entrada nas aldeias (para proteção da saúde dos moradores, por exemplo); - Valorizar a arte, o artesanato e o valor espiritual; - Infraestrutura, equipamentos e capacitações e formações para receber os turistas; - Empreender nas artes e na espiritualidade (o que fazem não é artesanato simples, é arte, e esta representa a cultura, a espiritualidade e a visão de mundo); - Abertura de editais para concorrer a apoios; - Kits de artesanato; - Infraestruturas nas cidades para receber os turistas que irão para as TIs; - Que haja um diagnóstico para saber quantos turistas e quanto dinheiro está trazendo o turismo para as TIs; - Maior controle de entrada de turistas nas TIs (controle pela FUNAI, governo, deles próprios, etc.)

--	--

PURUS	
Agenda Acre 10 anos (SEPLAN)	<ul style="list-style-type: none"> - Inclusão das associações de bases indígena nos Planejamentos estaduais (Agenda Acre 10 anos e PPA); - Reconhecimento jurídico das TIs, apoiando as falas e anseios; - Conteúdo indígena no ensino fundamental e médio para educação em todas as escolas acreanas (para que conheçam a cultura indígena e os povos); - Que haja continuidade das equipes e ações governamentais, para que não se perca o que for planejado e executado.
PPA Planejamento Plurianual 2024 2027 (SEPLAN)	<ul style="list-style-type: none"> - Inclusão das associações de bases indígena nos Planejamentos estaduais (Agenda Acre 10 anos e PPA); - Escolas fortalecidas, melhorar a estrutura na educação; - E que haja auditoria na educação e saúde para saber como está a situação nas TIs; - Melhorar o acesso dos indígenas ao ensino superior; - Reconhecimento das escolas para realizar educação técnica; - Facilitar o acesso aos benefícios sociais; - Formação/capacitação técnica para temas sobre serviços ambientais e organização e gestão de associação indígena; - Editais para apoio na produção agrícola; - Apoio para meios de transporte para a educação (terrestre e fluvial); - Contratação de merendeiras e motoristas para as escolas indígenas; - Equiparação salarial dos indígenas e não-indígenas; - Concurso público para professores indígenas; - Divulgação do PPA nas TIs; - Incluir os planos e metas das TIs nos PPAs; - Inclusão do povo indígena no âmbito social; - PPA específico para TIs, com base na realidade indígena; - Representatividade dos povos pelos lideranças que vivem nas TIs, que são reconhecidas realmente pelo povo (evitando que não sejam devidamente representados).
Turismo e Empreendedorismo (SETE)	<ul style="list-style-type: none"> - Editais para apoio ao turismo: estruturas, orientações, cursos, capacitações; - Espaço na Expoacre e na Expojuruá; - Inclusão dos povos indígenas nos programas de turismo; - Consulta às TIs para promover o turismo nestas localidades; - Reconhecimento das tradições; - Governo dar visibilidade para o artesanato indígena.

ASSIS BRASIL E INDÍGENAS EM CONTEXTO URBANO	
<p>Agenda Acre 10 anos (SEPLAN)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Infraestrutura dos ramais, melhoria do transporte (isso melhora o acesso à saúde e educação e escoamento da produção); - Valorização das sementes e recursos tradicionais; - Valorização e fortalecimento das lideranças; - Valorização e fortalecimento das associações; - Fortalecimento das mulheres e jovens indígenas; - Capacitação de agente de saúde e equiparação salarial com os profissionais da cidade; - Melhoria da comunicação (internet, telefone); - Garantir que participem nos planejamentos do estado; - Capacitação e exposição de artesanato; - Respeito ao Plano de Gestão Territorial já elaborado e utilizado por eles.
<p>PPA Planejamento Plurianual 2024 – 2027 (SEPLAN)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Mecanismo de discussão do PPA nas TIs, para confecção de um PPA indígena e dos demais planejamentos governamentais; - Melhoria do sistema de comunicação (telefone, internet); - Comunicação permanente sobre o PPA para monitoramento; - Respeito ao Plano de Gestão Territorial já elaborado e utilizado por eles; - Elaboração de material didático na língua nativa; - Construção de pista de pouso de avião; - Pagamento de salário e não bolsa para os Agentes agroflorestais indígenas, que a profissão seja regulamentada dentro das TIs, como são os Agentes de saúde por exemplo; - Valorização dos pajés e parteiras, que recebam pelo trabalho de saúde que prestam; - Capacitações para elaboração de projetos para indígenas em situação urbana; - Energia solar na TIs; - Valorização da medicina tradicional; - Promover melhor comunicação de PPA e Agenda Acre 10 anos nas TIs; - Melhora do ramal do Icuriã e do transporte para escoamento da produção; - Fortalecimento na formação de professores indígenas; - Fortalecimento no atendimento de saúde e remoção de emergência nas TIs; - Melhoria do sistema de comunicação (internet) - Atendimento aos indígenas em Brasília (em contexto urbano); - Representações indígenas somente dos que estão nas aldeias e não dos que estão nas cidades (não respondem pelo povo); - Eliminação de conflitos internos e externos; - Mecanização agrícola - Fortalecimento das organizações Manchineri;

	- Agência de transporte com preços justos para deslocamentos nos ramais (ramal do Icuriã).
Turismo e Empreendedorismo (SETE)	- Organização das associações específicas para o turismo; - Local de exposição de artesanatos; - Inclusão do Jaminawa do Rio Acre no plano de desenvolvimento do turismo; - Controle para acesso dos turistas nas TIs; - Diagnóstico sobre os benefícios e os malefícios do turismo nas TIs; - Realizar o Planejamento do turismo e artesanato nas TIs; - Inclusão de todas as TIs no Plano de Turismo do estado.

JURUÁ	
Agenda Acre 10 anos (SEPLAN)	- Comunicação nas aldeias (internet e telefone)
PPA Planejamento Plurianual 2024 – 2027 (SEPLAN)	- Reconhecimento da categoria dos agentes agroflorestais indígenas, pagamento de salários e não bolsas; - Canoas com motor para emergências médicas na TIs; - Plano de habitação nas TIs conforme a cultura indígena; - Reforma e construção de escolas nas TIs; - Plano de Manejo de Produtos Não Madeiros (ex. Bálsamo); - Estudo de um potencial econômico da floresta
Turismo e Empreendedorismo (SETE)	- Apoio ao evento de comemoração da demarcação TI Arara-Amônia (foi em abril de 2023); - Fortalecimento do artesanato em TIs; - Recurso para realização de festivais nas TIs; - Atualização e correção das informações do diagnóstico de turismo; - Estrutura física e capacitações para recepção de turistas; - Apoio para elaboração de pacotes turísticos; - Elaboração de portfólio sobre o artesanato, classificado por povo, para posterior venda; - Apoio para estruturas de turismo de observação de fauna e flora; - Apresentação dos planos/projetos de turismo nas TIs.

PLENÁRIA

Após o trabalho dos grupos, foi realizada uma sessão plenária com a leitura das propostas, organizadas por temas. As propostas foram ajustadas e foi escolhida uma comissão para redigir o documento final, que foi entregue ao representante do governador por Edna Shanenawa, em nome de todos os indígenas reunidos no Fórum.

DOCUMENTO FINAL DO I FÓRUM INDÍGENA DO ACRE

Nós, dezoito povos indígenas do Acre – Nukini, Nawa, Poyanawa, Jaminawa Arara, Katukina/Noke Kuin, Kaxinawá/Huni Kuin, Ashaninka, Kuntanawa, Jaminawa, Apolina Arara, Yawanawa, Shanenawa, Kulina/Madijá, Shawãdawa, Manchineri, lembrando também dos parentes o povo do Xinane, de recente contato, e dois povos em isolamento voluntário - representados no I Fórum Indígena de Mudanças Climáticas e Serviços Ambientais do Acre, entre os dias 4 e 7 de julho de 2023, apresentamos neste documento nossas propostas para a construção de políticas públicas do governo do estado que atendam à realidade de nossos povos e territórios.

Queremos ressaltar a importância da pauta deste Fórum e da realização deste grande evento que trouxe, pela primeira vez, o tema das Mudanças Climáticas e Serviços Ambientais para o centro do debate. As alterações climáticas são uma realidade vivida pelos povos indígenas em seus territórios e há uma grande necessidade de que essa realidade seja discutida, compreendida e debatida nas bases (Terras Indígenas), considerando a importância desse assunto para todo o planeta. O debate precisa ser levado para as regionais e para as aldeias.

Ressaltamos também a importância da retomada do diálogo com o governo para a efetiva execução das ações derivadas das políticas públicas. Nós, povos indígenas, reafirmamos que é fundamental nossa participação na elaboração das políticas públicas do estado. É imprescindível que o estado fortaleça os espaços de protagonismo, governança e participação indígena nas instâncias de decisão de programas, projetos e ações.

Nós, povos indígenas, recomendamos que o governo cumpra os princípios do Sistema de Incentivo aos Serviços Ambientais - SISA, especialmente as metas do programa REM e as salvaguardas, garantindo os espaços de governança com participação indígena. Recomendamos também que o governo invista em mecanismos de pagamento de serviços ambientais, como os créditos de biodiversidade.

Uma forte recomendação é que sejam respeitados os Planos de Gestão Territorial e Ambiental e/ou Planos de Vida e protocolos de consulta em qualquer plano, programa, projeto ou ação do estado. No diálogo com os setores do governo, foram levantadas propostas dirigidas às diversas secretarias e órgãos responsáveis pela execução das políticas públicas. Tais propostas devem ser inseridas no PPA e na Agenda Acre 10 anos. As propostas para as diversas secretarias e órgãos de governo são encaminhadas como parte integrante deste documento.

Nós, povos indígenas, solicitamos que o governo do estado estreite sua parceria e cooperação (técnica e financeira) com o governo federal de maneira a facilitar que ações importantes sejam realizadas com aporte do governo do estado do Acre e incidência junto aos órgãos federais para a complementação das competências estadual e federal na realização concreta das ações.

Nós, povos indígenas, queremos dizer para o governador que estamos muito felizes com a criação da Secretaria Indígena, porém solicitamos que seja uma secretaria ordinária, e não extraordinária, com estrutura, pessoal e dotação orçamentária próprios.

Reafirmamos nossa parceria, nosso compromisso e nosso respeito e pedimos a V. Excelência Sr. Governador, que nossas propostas sejam efetivamente cumpridas e que nunca mais um Acre sem nossa participação.

Rio Branco, 7 de julho de 2023.

Propostas do I Fórum Indígena para o Governo do Acre

Educação

1. Reativar as escolas que não estão funcionando;
2. Garantir transporte escolar para educando e educadores, bem como gestores locais;
3. Ter casas de apoio para indígenas estudantes;
4. Realizar formação para professores indígenas no início do ano e no fim do ano, como é feito nas escolas não indígenas;
5. Garantir apoio para pesquisas realizadas pelos indígenas;
6. Garantir a publicação das pesquisas e histórias indígenas;
7. Aplicar a legislação e portaria indígena de 2018 que regula a educação indígena;
8. Criar equipes de educação regionais;
9. Ampliar a formação dos educadores e equipes de educação;
10. Montar PPPs para os povos que não têm construído e aplicar os que já existem;
11. Respeitar os calendários diferenciados das escolas indígenas com datas específicas de acordo com cada cultura;
12. Ter indígenas na gestão da educação;
13. Atualizar os salários dos educadores que assumiram funções de gestão local;
14. Garantir a infraestrutura das escolas: construção dos prédios, e reformas, garantia de merendas, barcos, materiais escolares (kits dos estudantes), internet
15. Rever a normativa de número mínimo de alunos para ter direito a ter merendeira e ao professor responsável, adequando à realidade das escolas indígenas.
16. Atentar para arquitetura da construção dos prédios escolares
17. Concurso público específico para educadores e demais funcionários indígenas
18. Ampliar a atenção/recursos/dedicação da Secretaria de Educação à Educação Indígena
19. Apoiar e respeitar o desenho curricular próprio de cada povo indígena – específico e diferenciado

20. Garantir o acesso dos indígenas à universidade para diversas áreas (medicina, direito, enfermagem etc): validade dos diplomas, cotas e qualidade da formação para entrar na universidade
21. Garantir as pessoas do serviço de apoio nas escolas indígenas inclusive para o apoio às crianças com necessidades especiais
22. Custeio das atividades culturais e intercâmbios realizados nas escolas indígenas
23. Compra de merenda produzida dentro das aldeias – implementar o PNAE
24. Realizar conferência estadual de educação escolar indígena
25. Implantar turmas de EJA específica para indígenas em contexto urbano nos diversos municípios
26. Buscar linhas de financiamento junto ao governo federal; REM; verbas do governo estadual e parcerias internacionais.

Saúde

1. Estruturação dos espaços de atendimento nas aldeias;
2. Valorização das práticas tradicionais de saúde e das medicinas tradicionais, com apoio específico e reconhecimento dos/das conhecedores/as das medicinais tradicionais;
3. Ações para garantir a segurança alimentar nas aldeias (interface com agricultura);
4. Ações de combate ao alcoolismo, drogas e suicídio – fortalecimento da saúde mental;
5. Complementação do estudo (formação) na saúde indígena para profissionais indígenas da área;
6. Realizar auditoria em todos os contratos e processos para alimentação e outras compras em geral;
7. Realizar contratação de profissionais com base no trabalho técnico;
8. Cuidado nos processos seletivos para que as pessoas indígenas selecionadas permaneçam nas regiões;
9. Contratar AISAN nos poços que estão sendo construídos com recursos externos (não governamentais);
10. Reconhecimento legal para pajés e parteiras com valorização de seu trabalho;
11. Melhorar o fluxo de comunicação para ter tempo hábil para levar os pacientes;
12. Casa de apoio nos municípios para receber os pacientes e orientar;
13. Agilização do Tratamento Fora do Domicílio;
14. Mutirão de cirurgia para indígenas;
15. Atendimento itinerante dentro das terras indígenas, com médicos e dentistas suficientes (contratar mais profissionais);
16. Criação de pontos de referência indígena nas UPAs, maternidade, Pronto Socorro...;
17. Acesso ao sistema SUS (sistema indígena);
18. Diálogo com os políticos para discutir sobre a saúde indígena;
19. Participação de lideranças indígenas para a tomada de decisão nos conselhos de saúde;
20. Ter uma base nos municípios com aparelho de ultrassom;
21. Equipar as UBSI (internet, equipamentos médicos);
22. Saneamento básico – governo apoiar os DSEI para as ações de saneamento, especificamente para água potável e a questão do lixo;
23. Apoio da SESACRE para resgate de pacientes;

24. Fortalecer a comunicação entre profissionais;
25. Fiscalização da vigilância sanitária (sobre remédios);
26. Equipamentos de EPI para os postos de saúde;
27. Mais recurso para a saúde indígena;
28. Ter CASAI em Feijó;
29. Ter casa de apoio em outros municípios;
30. Médicos e dentistas voltados para as necessidades indígenas [nos postos de saúde e hospitais na cidade], com sensibilização/formação específica.
31. Fazer parceria com hospitais e laboratórios particulares para custear os exames dos pacientes indígenas que ficam esperando muito tempo nas CASAI.
32. Contratação de assistente social para o Polo;
33. Alimentação adequada para os pacientes;
34. Estado reconhecer os agentes de saúde indígena com crachá [para que sejam respeitados nos postos e hospitais nas cidades];
35. Prótese dentária para indígenas [sendo realizada na aldeia];
36. Aquisição de odontocase (unidade móvel de dentista);
37. Água potável nas aldeias [escavar poços];
38. Atendimento psicológico nos polos (Tarauacá/Envira);
39. Realizar fórum específico de saúde indígena com os dois DSEI e a SESACRE;
40. O governo comprar e disponibilizar medicamentos que não são oferecidos pelo SUS.

Cultura

1. Produzir material para os indígenas explicando o que é a FEM e o que ela traz para os indígenas
2. Produção de materiais específicos para cada grupo;
3. Editais específicos para a cultura indígena no âmbito cultural;
4. Ampliar a divulgação dos editais para chegarem em todas as partes;
5. Ter pessoal nos municípios para apoiar os indígenas na elaboração dos projetos;
6. Facilitar o formato dos editais (por exemplo, em vídeo), desburocratizar;
7. Trabalhar com formato específico de prêmios (para pessoa física, detentores de conhecimento), bolsas (para pessoas físicas) e projetos via editais específicos com valores compatíveis (para PJ);
8. Dar continuidade ao Prêmio de Culturas Indígenas do estado;
9. Promover os festivais culturais nas diversas regiões;
10. Fórum de cultura indígena do Acre;
11. Realizar os Jogos Indígenas do Acre;
12. Formação para gestores de projetos culturais;
13. Incentivar a cultura de acordo com cada realidade.

Turismo e empreendedorismo

1. Potencializar a produção de artesanato das mulheres;
2. Fortalecer as cooperativas e grupos produtivos;
3. Criar espaços de comercialização;
4. Criar uma marca de café;

5. Criar comitê de produção indígena nos municípios;
6. Garantir o escoamento de produção - Veículos (carros e barcos) para garantir transporte e manutenção dos mesmos;
7. Realizar estudo de potencial produtivo nas terras indígenas (produção de óleos)
8. Realizar feiras e festivais indígenas para comércio e apresentações culturais;
9. Atualizar e corrigir as informações do diagnóstico de turismo;
10. Apoiar a construção de estrutura física e as capacitações para recepção de turistas nas aldeias;
11. Apoiar a elaboração de pacotes turísticos;
12. Produzir portfólio sobre o artesanato, classificado por povo, para posterior venda;
13. Apoiar estruturas de turismo de observação de fauna e flora;
14. Apresentar os planos/projetos de turismo nas TIs;
15. Apoiar a implementação dos planos de vida dos povos no que diz respeito ao turismo e aos empreendimentos;
16. Fazer um diagnóstico para saber quantos turistas e quanto dinheiro está trazendo o turismo para as TIs;
17. Maior controle de entrada de turistas nas TIs (controle pela FUNAI, governo, das próprias comunidades)
18. Lançar editais para apoio ao turismo: estruturas, orientações, cursos, capacitações;
19. Garantir espaço na Expoacre e na Expojuruá para os empreendimentos indígenas;
20. Incluir os povos indígenas nos programas de turismo e no Plano de Desenvolvimento do Turismo no estado;
21. Consultar as TIs para promover o turismo nestas localidades;
22. Organizar as associações específicas para o turismo;

Agricultura

1. Ampliar os financiamentos das produções locais de forma direta nas associações;
2. Implementar plano para escoamento de produção (inclusive espaço de armazenamento nas aldeias e transporte);
3. Realizar ações para garantir a segurança alimentar nas aldeias (interface com saúde);
4. Realizar compra e distribuição de sementes nativas;
5. Incentivar e promover o trabalho com o cacau nativo (criação de viveiros de mudas, para venda para governo do estado) em sistema de SAF;
6. Incentivar e promover os SAFs;
7. Apoiar a formação de hortas comunitárias focadas nas mulheres;
8. Governo precisa auxiliar para habilitar os indígenas no cadastro da CONAB, que é um processo muito burocratizado e difícil;
9. Ter representação da SEAGRI nos municípios;
10. Fortalecer as cadeias produtivas existentes com foco na comercialização;
11. Criar selo verde para produção indígena;
12. Garantir que projetos possam ser apresentados de forma livre, não somente por editais;
13. Construir e recuperar açudes nas terras indígenas (em diálogo com DERACRE)
14. Ampliar plantio de açaí para comercialização
15. Potencializar produção de mudas diversas para plantio e venda, com orientação técnica
16. Garantir a venda de produção para merenda escolar (diálogo com educação) - PNAE

17. Apoiar a ampliação da criação de peixes
18. Fornecer equipamentos e capacitação para coleta de sementes
19. Fortalecer o intercâmbio de sementes nativas;
20. Rever burocracia para construção de açudes
21. Fazer incidência junto ao governo federal para regulamentar a categoria dos AAFIs para prestarem assistência técnica
22. Apoiar a recuperação das áreas degradadas e a produção específica de cada território (equipamentos – trator e outros - e insumos)

Meio ambiente/Mudanças Climáticas/ Serviços Ambientais

1. Criar regras/formas para pagamento de cuidado e manutenção ambiental que compense os indígenas por seu papel de guardiões das florestas;
2. Produzir materiais com outras linguagens explicando o que é REM/REDD+ e todas as siglas;
3. Realizar formações regionais aproximando mais pessoas das temáticas ambientais;
4. Apoiar a ampliação, manutenção e valorização dos agentes agroflorestais;
5. Pesquisar a situação das águas pelo adoecimento de pessoas no Juruá;
6. Promover adequação metodológica das questões ambientais em diálogo com a educação;
7. Apoiar a atualização dos planos de gestão que são instrumentos de diálogo com o estado;
8. Validar os planos do governo nas aldeias (escuta ativa);
9. Desenvolver/aplicar os planos de vida;
10. Discutir com os representantes indígenas no âmbito do REM a porcentagem dedicada aos indígenas;
11. Realizar a parte da fiscalização ambiental que compete ao governo do estado e articular com o nível federal para que a fiscalização não recaia como responsabilidade dos povos indígenas;
12. Ter atenção com o entorno das Terras Indígenas, onde acontece muito desmatamento, invasão etc.
13. Promover formação em questões ambientais incluindo o entorno das TIs.

Segurança Pública

1. Regulação no trânsito de pessoas em terras indígenas;
2. Criar instrumentos e canais de comunicação para acionar a polícia;
3. Realizar um fórum regional de orientação do órgão de segurança pública;
4. Criar espaço de diálogo constante entre SSP do estado/Funai/INCRA sobre o tema;
5. Realizar seminário sobre segurança pública nas aldeias com PF, PM, BF, ICMBIO, Funai e MP – governo do estado articular com as instâncias federais;
6. Reativar as pistas de pouso que existiam nas aldeias e que necessitam de segurança para funcionar;
7. Combate ao tráfico, prostituição e criminalidade (inclusive facções) nas terras indígenas por meio de palestras e formações nas comunidades;
8. Aproximar o exército das comunidades;
9. Cota indígena para integrar as forças de segurança;

10. Fazer investigação de crimes nas áreas indígenas (inclusive questões que envolvem as facções) e apreensão;
11. Instalar unidades de fronteiras compostas por batalhão florestal em parceria com as comunidades e órgãos de segurança pública;
12. Ter fiscalização ostensiva nas áreas de conflito;
13. Ter atendimento mais rápido nas áreas indígenas (helicóptero).

DERACRE

1. Realizar as obras nos ramais que ligam as aldeias em diálogo com as comunidades anualmente;
2. Ampliação e melhoria dos açudes.

ITERACRE

- Revisão e regularização fundiária - Cuidado na titulação de terras para não indígenas dentro de TIs e tb nas áreas de entorno – situação que está gerando conflito – consultar os indígenas para saber dos limites das TIs.

JUSTIÇA

1. Realização dos projetos de atendimento (mutirões) em diálogo com os representantes possibilitando agregar e atender mais pessoas;
2. Fazer diálogo com os cartórios locais e capacitá-los para ajuste nos nomes das pessoas indígenas incluindo a etnia e a grafia;
3. Contratar intérpretes indígenas de todas as etnias para as situações necessárias.
4. Projeto Cidadão ser feito nas aldeias e não no município.

ASSISTÊNCIA SOCIAL

1. Auxiliar no processo de retificação do nome do povo no registro civil
2. Construir fluxo de atendimentos das redes socioassistenciais
3. Realizar oficinas sobre atendimento à população indígena
4. Incentivar os municípios a terem seu quadro de recursos humanos intérprete
5. Realizar oficinas para lideranças indígenas acerca de serviços e programas do SUAS
6. Realizar campanhas de enfrentamento a violações de direitos
7. Ir as terras indígenas esclarecer sobre o programa Bolsa Família

SEMULHER

1. Potencializar a produção das mulheres indígenas;
2. Ter espaços de troca de saberes e de comercialização;
3. Criar uma casa de apoio para ser referência e ter um vínculo com os municípios que representam as mulheres indígenas;
4. Apoiar as estudantes indígenas com cursos técnicos e oficinas e com espaços de acolhimento na cidade;

5. Apoiar a produção artesanal das mulheres indígenas;
6. Formações sobre combate à violência contra as mulheres com as especificidades das terras indígenas;
7. Melhorar e ampliar os equipamentos de atendimento às mulheres indígenas vítimas de situação de violência;
8. Melhorar e ampliar os equipamentos de atendimento às mulheres indígenas vítimas de situação de violência;
9. Apoio às instituições de formação/capacitação;
10. Disseminação de informações nas comunidades;
11. Seguir o que solicita o documento entregue à Secretaria pelas Mulheres Indígenas.

SEPLAN – PPA

1. Maior participação indígena na elaboração do PPA;
2. Ter recorte específico para povos indígenas no PPA, em todos os âmbitos;
3. Comunicação nas aldeias (internet e telefone)
4. Plano de habitação nas TIs conforme a cultura indígena;
5. Plano de Manejo de Produtos Não Madeiros (ex. Bálsamo);
6. Estudo de um potencial econômico da floresta
7. Apoio às cadeias produtivas existentes;
8. Fazer o Plano baseado na realidade de cada TI;
9. Respeitar e implementar os Planos de Gestão já realizados nas Terras Indígenas;
10. Melhorar infraestrutura de ramais e transporte
11. Cursos na área ambiental, tratamento de lixo nas aldeias, reciclagem do lixo;
12. Reconhecimento de pajés e parteiras, com capacitações e remuneração pelo trabalho;
13. Formação técnica aos povos indígenas (Ex. SENAI, SESI, etc);
14. Cartilhas educativas e informativas na língua indígena;
15. Inclusão das associações de bases indígena nos Planejamentos estaduais (Agenda Acre 10 anos e PPA);
16. Escolas fortalecidas, melhorar a estrutura na educação;
17. Auditoria na educação e saúde para saber como está a situação nas TIs;
18. Melhorar o acesso dos indígenas ao ensino superior;
19. Reconhecimento das escolas para realizar educação técnica;
20. Facilitar o acesso aos benefícios sociais;
21. Construção de pista de pouso de avião;
22. Energia solar na TIs;

Plano Acre 10 anos

1. Inclusão das associações de bases indígena nos Planejamentos estaduais (Agenda Acre 10 anos e PPA);
2. Reconhecimento jurídico das TIs, apoiando as falas e anseios;
3. Conteúdo indígena no ensino fundamental e médio para educação em todas as escolas acreanas (para que conheçam a cultura indígena e os povos);

4. Que haja continuidade das equipes e ações governamentais, para que não se perca o que for planejado e executado;
5. Infraestrutura dos ramais (ramal do Icuriã e outros), melhoria do transporte (isso melhora o acesso à saúde e educação e escoamento da produção);
6. Valorização das sementes e recursos tradicionais;
7. Valorização e fortalecimento das lideranças;
8. Valorização e fortalecimento das associações;
9. Fortalecimento das mulheres e jovens indígenas;
10. Capacitação de agente de saúde e equiparação salarial com os profissionais da cidade;
11. Melhoria da comunicação (internet, telefone);
12. Garantir que participem nos planejamentos do estado;
13. Capacitação e exposição de artesanato;
14. Respeito ao Plano de Gestão Territorial já elaborado e utilizado pelos povos.
15. Promover melhor comunicação de PPA e Agenda Acre 10 anos nas TIs;
16. Fortalecimento da formação de professores indígenas;
17. Fortalecimento do atendimento de saúde e remoção de emergência nas TIs;

Recomendações gerais:

- É fundamental que o governo conheça os projetos que estão sendo executados nas aldeias e que as lideranças tenham conhecimento do que o governo elabora para os povos indígenas;
- Queremos compreender os critérios que definem a destinação dos recursos;
- Queremos transparência para acompanhar os recursos investidos em cada terra indígena;
- Queremos ter acesso mais fácil as secretarias de estado;
- Queremos entender a diferenciação do que tem sido oferecido para as escolas indígenas e das escolas rurais;
- Queremos saber da aplicação dos recursos do FUNDEB.

ANEXOS

- i. Programação**
- ii. A contribuição do REDD+ jurisdicional do Acre na mitigação do clima em territórios indígenas – Rose Sena**
- iii. Apresentação Fórum Indígena SEMULHER**
- iv. Apresentação Fórum SEASD**
- v. Apresentação IMC 1o Fórum Indígena – Leonardo**
- vi. Apresentação Isnailda - Gênero e Clima**
- vii. APRESENTAÇÃO Secretaria Executiva CEVA/SISA IMC – Nazaré Macedo**
- viii. Apresentação SEMAPI**
- ix. Apresentação Educação - Formação Intercultural Diferenciada Indígena**
- x. Fórum Indígena-Secretaria Agricultura**